



## **07 DE JUNHO DE 2017**

### **Quarta-feira**

- **INFORMATIVO MPE – JUNHO 2017**
- **POR 14 VOTOS A 11, CAE APROVA REFORMA TRABALHISTA**
- **COMISSÃO APROVA TEXTO DA REFORMA TRABALHISTA E PROJETO AVANCA NO SENADO**
- **ANTES DE SER APROVADA NA CAE, REFORMA TRABALHISTA FOI CRITICADA DURANTE QUASE NOVE HORAS**
- **REFORMA TRABALHISTA CHEGARÁ AO PLENÁRIO UMA SEMANA APÓS PREVISÃO DO GOVERNO**
- **FERRACO TRABALHA NA CRIAÇÃO DE NORMAS PARA TRABALHO INTERMITENTE**
- **RENAN: MAIORIA PEEMEDEBISTA APROVA REFORMA TRABALHISTA, MAS NÃO VOU ME CALAR**
- **ENTREVISTA: O TRABALHADOR NÃO PERDERÁ DIREITO ALGUM, DIZ JUIZ MARLOS MELEK**
- **ARTIGO: O TRABALHO INTERMITENTE**
- **ARTIGO: SÓ O STF PODERÁ SALVAR O BRASIL DE DESGRAÇA MAIOR**
- **VENDAS INDUSTRIAIS CAEM 10% NO PARANÁ**
- **5 OBJETIVOS DOS INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA EM 2017**
- **EMPRESAS NEGOCIAM NOVOS INVESTIMENTOS NO PARANÁ**
- **CNI E CAIXA FIRMAM PARCERIA DE COOPERAÇÃO PARA AMPLIAR ACESSO A CRÉDITO PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**
- **5 OBJETIVOS DOS INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA EM 2017**
- **INDÚSTRIA PREVÊ 77 MIL DEMISSÕES COM REONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS**
- **TÉCNICA DO MDIC É NOVA SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CAMEX**

- BRASIL ESTÁ ENGAJADO EM ABRIR ECONOMIA, EM AUMENTAR PRODUTIVIDADE, DIZ MEIRELLES
- ARTIGO: SEM REFORMAS, O RETORNO AO CRESCIMENTO FICA CADA VEZ MAIS DISTANTE
- JOSÉ MEDEIROS APONTA RETOMADA DA ECONOMIA E DIZ QUE PAÍS DEIXOU CICLO RECESSIVO
- DESÂNIMO DO CONSUMIDOR DIFICULTA SAÍDA DA RECESSÃO
- MINISTRO APOSTA NA COMPETITIVIDADE PARA CRESCIMENTO DO SETOR ELÉTRICO E MINERAL
- SETOR ELÉTRICO ACUMULA R\$ 90 BI EM PROCESSOS JUDICIAIS, DIZ MINISTRO
- EMPRESÁRIOS PREVEEM DESEMPREGO COM A MP QUE ACABA COM A DESONERAÇÃO
- FGV AVALIA QUE MERCADO DE TRABALHO CHEGOU AO FUNDO DO POÇO
- LEI CRIA DOCUMENTO ÚNICO DE IDENTIFICAÇÃO NACIONAL
- FGV: CONTA DE LUZ É DESTAQUE NA ACELERAÇÃO DO IPC-DI EM MAIO
- DEPÓSITOS EM POUPANÇA EM MAIO SUPERAM SAQUES EM R\$ 292,6 MILHÕES
- COBRE FECHA EM QUEDA COM PREOCUPAÇÕES SOBRE CRESCIMENTO NA CHINA E NOS EUA
- PRODUÇÃO DE CAMINHÕES ANOTA ALTA DE 13,9%
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS CRESCE E CAMINHA PARA SUPERAR EXPECTATIVA
- VENDAS DIÁRIAS ANIMAM FABRICANTES
- PIRELLI SUSPENDE OPERAÇÃO NA VENEZUELA POR FALTA DE MATÉRIA-PRIMA

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 07/06/2017</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,279	3,280
<b>Euro</b>	3,685	3,686

**Fonte: BACEN**

## **Informativo MPE – Junho 2017**

07/06/2017 – Fonte: CNI

O informativo do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa – COPEM/CNI, que traz as principais notícias da semana sobre Micro e Pequenas Empresas.

Acesse o documento clicando no link: [http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2017/06/informativo-MPE\\_19\\_2017\\_02-06-2017.pdf](http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2017/06/informativo-MPE_19_2017_02-06-2017.pdf)

## **Por 14 votos a 11, CAE aprova reforma trabalhista**

07/06/2017 – Fonte: Senado Notícias



- Proposições legislativas
- [PLC 38/2017](#)

Mais um passo foi dado para a implantação da reforma trabalhista com a aprovação do relatório favorável do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ao projeto de lei da Câmara (PLC) 38/2017 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Foram 14 votos favoráveis e 11 contrários após mais de nove horas de debates nesta terça-feira (6). Todas as mais de 240 emendas foram rejeitadas.

Pelo acordo firmado entre governo e oposição, de seguir os trâmites normais do processo legislativo, a matéria agora será analisada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ela ainda precisará ser discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de seguir para o Plenário.

O texto do relator foi aprovado na íntegra, sem mudanças em relação ao parecer aprovado pela Câmara dos Deputados no fim de abril. Ferraço fez apenas sugestões de vetos à Presidência da República em temas polêmicos.

Esta postura foi criticada pela oposição, que acusou o senador de abrir mão do direito do Senado de modificar e melhorar o projeto. O relator afirmou à imprensa que o PLC deve ser votado no plenário do Senado entre os dias 20 e 23 de junho. Até lá, disse Ferraço, o presidente Michel Temer deverá esclarecer quais pontos serão realmente vetados.

O texto aprovado possibilita a prevalência do “acordado sobre o legislado”, o fim da contribuição sindical obrigatória e da ajuda do sindicato na rescisão trabalhista, e a regulamentação do teletrabalho, com prestação de serviços fora das dependências do empregador.

A reforma trabalhista também permite a extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, o que dará direito ao recebimento de metade do aviso prévio e da indenização sobre o saldo do FGTS; revoga o artigo da CLT que condiciona a validade da rescisão do contrato de trabalho à homologação do sindicato ou da autoridade do Ministério do Trabalho; e acaba com a obrigação de a empresa pagar ao trabalhador a chamada hora *in itinere*, ou seja, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, com transporte fornecido pelo empregador, entre outros pontos.

O parecer promove a maior alteração à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde a sua criação, pelo Decreto-Lei 5.452/1943. Segundo a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), são alterados 97 artigos e 320 dispositivos da CLT, cinco artigos e 13 dispositivos da Lei do Trabalho Temporário (Lei 6.019/1974) e um dispositivo da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de cinco dispositivos da Lei 8.212/1991, o regime jurídico dos servidores públicos.

### **Sugestões de vetos**

Ricardo Ferraço decidiu não modificar o texto para que o mesmo não retornasse à Câmara. Como justificou na sessão de discussão da matéria, no último dia 31, preferiu evitar o risco de que pontos polêmicos fossem alterados no Senado, mas fossem ignorados pelos deputados, que manteriam o texto elaborado anteriormente.

Ele preferiu firmar um acordo com o Palácio do Planalto para vetar temas polêmicos e que merecem mais estudos e debates, em sua opinião. A ideia é que pontos como o trabalho intermitente, a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso e a permissão para que grávidas e lactantes trabalhem em ambientes insalubres sejam regulamentados por projeto de lei ou medida provisória.

## **Comissão aprova texto da reforma trabalhista e projeto avança no Senado**

07/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou nesta terça-feira (6) o texto-base da reforma trabalhista com 14 votos a favor e 11 contrários, sem alterações. Agora, o colegiado analisa os destaques, que são as propostas de alteração na proposta. Este foi o primeiro avanço do projeto na Casa, que ainda precisa passar pelo crivo de duas outras comissões e do plenário.

O andamento da proposta de alterações nas leis trabalhistas é uma vitória para o governo. Em meio à crise política e ao julgamento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que pode cassar o mandato de Michel Temer, o Palácio do Planalto quer dar a impressão de força e "normalidade" por meio da agenda de reformas.

A aprovação do texto ocorre depois de duas sessões em que o governo teve dificuldades. Na semana passada, a votação foi adiada depois de um acordo firmado entre governistas e oposicionistas, já que ambos temiam derrota.

O relatório aprovado foi elaborado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que não fez modificações na versão aprovada na Câmara dos Deputados.

Após a aprovação, Ferraço disse que a atual legislação trabalhista está defasada.

"Acabou o tempo de o governo decidir o que é melhor para as pessoas. As pessoas que decidem o que querem, o que é melhor para cada uma delas."

Seguindo um acordo feito pela base aliada junto ao governo Temer, o tucano sugeriu apenas que alguns pontos sejam vetados no texto e corrigidos por meio de uma medida provisória.

"Concertamos junto ao Poder Executivo que alguns itens da proposta em tela devem ser vetados, podendo ser aprimorados por meio da edição de medida provisória", diz o texto.

A edição de uma MP para modificar pontos em que haja desacordo na base foi proposta por Temer para evitar que o projeto sofra modificações e, com isso, tenha de voltar à Câmara, onde o texto foi aprovado em abril.

O relator apontou a necessidade de serem revistos seis pontos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados: 1) possibilidade de gestantes e lactantes trabalharem em locais insalubres; 2) possibilidade de acordo individual para a jornada 12h X 36h; 3) criação do trabalho intermitente; 4) possibilidade de negociação do intervalo para almoço; 5) nomeação de um representante dos trabalhadores dentro das empresas; 6) revogação dos 15 minutos de descanso antes da mulher fazer hora extra.

Ao sugerir modificações, Ferraço disse julgar que o Congresso tem de "buscar um equilíbrio que contemple o mercado de trabalho de diversos 'Brasis', e não o de legislar pela exceção de acordo com demanda deste ou daquele setor", diz o texto.

A reforma, amplamente apoiada pelas entidades empresariais, traz, entre as mudanças, a prevalência, em alguns casos, de acordos entre patrões e empregados sobre a lei, o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, obstáculos ao ajuizamento de ações trabalhistas, limites a decisões do Tribunal Superior do Trabalho, possibilidade de parcelamento de férias em três períodos e flexibilização de contratos de trabalho.

Para parlamentares da oposição, as modificações nas leis trabalhistas representam um "retrocesso".

"Eu considero a reforma trabalhista proposta pelo governo federal um golpe mortal nas conquistas construídas por todos nós ao longo da história — por todos nós, eu digo, inclusive aqueles que já morreram, da era Getúlio [Vargas] até hoje", disse o senador Paulo Paim (PT-RS), um dos principais críticos ao projeto.

## **CELERIDADE**

Nos bastidores, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), articula encurtar a tramitação da reforma trabalhista na Casa. A intenção do governo é concluir a reforma trabalhista ainda no primeiro semestre deste ano.

Conhecido por dar agilidade à tramitação de propostas de interesse do governo, ele nega, contudo, que vai "atropelar" o calendário.

Na semana passada, Jucá inverteu a ordem de tramitação da matéria, deixando por último a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde é o relator. Cresceram então os rumores de que o objetivo do líder governista era de apresentar um requerimento de urgência para levar o texto a plenário.

A deflagração da crise política, após a revelação de acusações que pesam contra Temer e seus aliados, acabou atrasando o calendário de aprovação das reformas.

Após a aprovação pela CAE, o texto agora será analisado na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e pela CCJ e só então será submetido ao crivo dos 81 senadores.

## **MEDIDA PROVISÓRIA**

O relator da reforma trabalhista no Senado, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) disse nesta terça que o governo pode antecipar a edição de uma Medida Provisória para ampliar apoio de senadores à reforma trabalhista.

De acordo com Ferraço, um texto está sendo discutido com o Ministério do Trabalho para regulamentar o trabalho intermitente.

O tema é um dos pontos de divergência entre senadores sobre o projeto que modifica as leis trabalhistas aprovado na Câmara em abril.

Para evitar atrasos na agenda de reformas, o presidente Michel Temer pediu que o Senado não faça modificações no projeto aprovado pelos deputados. Com isso, evita uma nova análise pela Câmara.

Como contrapartida, o Palácio do Planalto se comprometeu a vetar trechos de discordância e a fazer modificações por meio de MP em outros.

Ferraço reconhece que a edição de uma MP antes mesmo da votação do projeto da reforma no plenário é uma forma de o governo demonstrar comprometimento com a base aliada de que fará alterações no projeto.

### **Antes de ser aprovada na CAE, reforma trabalhista foi criticada durante quase nove horas**

07/06/2017 – Fonte: Senado Notícias

Na maior parte das nove horas de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desta terça-feira (6), senadores da oposição endereçaram duras críticas à reforma trabalhista proposta pelo governo Temer ([PLC 38/2017](#)), que terminou aprovada por 14 votos a 11.

Mesmo senadores da base do governo demonstraram insatisfação com a proposta, como o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), para quem a flexibilização de direitos trabalhistas poderá aprofundar a recessão da economia brasileira.

— Nós estamos agravando a recessão! O custo do trabalho não é o principal custo da produção — disse.

O senador Humberto Costa (PT-PE) afirmou que a reforma trabalhista rompe com o papel de árbitro do Estado, ao pender totalmente em favor do empresariado. Para ele, o texto não vai modernizar, mas precarizar as relações de trabalho ao retirar direitos históricos dos empregados. Ele também criticou o fato de o relatório de Ferraço não mudar nada do que foi aprovado na Câmara.

— Estamos abrindo mão de ser uma Casa revisora. O relatório de Ferraço não muda nada, apenas acolhe o texto aprovado pelos deputados. É um absurdo essa proposta, que desequilibra em favor dos empresários a balança capital/trabalho. É uma pseudo-reforma trabalhista — criticou.

Em seguida, as senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também atacaram o texto. Gleisi criticou o instituto do trabalho intermitente por entender que o trabalhador acabará por ganhar menos, sem direito a férias. Vanessa defendeu a modificação da proposta e não esperar vetos presidenciais, pois não há garantias de que serão realmente feitos.

— Essa reforma é a muleta para Temer permanecer no cargo, ele quer mostrar que manda no Congresso — afirmou Vanessa Grazziotin.

Os senadores Fátima Bezerra (PT-RN) e Paulo Paim (PT-RS) afirmaram que a reforma trabalhista vai gerar muitas injustiças. Ambos disseram que o relator atuou como um “carimbador”, por não ter feito qualquer alteração no texto aprovado pelos deputados.

Fátima disse que Ferraço não levou em consideração nenhuma das contribuições e sugestões enviadas por autoridades e entidades, como ministros do Tribunal Superior

do Trabalho (TST), centrais sindicais e associações de magistrados e procuradores da Justiça do Trabalho.

— O relatório do senador Ferraço só ouviu os empresários. Ele desconsiderou os outros segmentos. Dá um desgosto enorme ver o Senado se ajoelhar desta forma. Jamais votarei a favor de uma proposta dessa, que é maldita e amaldiçoada, por tanto que ela fere os direitos dos trabalhadores. O relator está sendo um carimbador da agenda de retirada de direitos. A mais profunda e cruel retirada de direitos dos trabalhadores — declarou a senadora.

Paim afirmou que não viu nenhum senador defender a reforma trabalhista na CAE nem no plenário.

— Até agora não vi ninguém defender essa proposta. Se todo mundo é contra, como é que vamos aprovar? O próprio relator é contra vários pontos da reforma. Esse projeto é muito perverso, acaba com os sindicatos. O que tem por trás desse desespero em votar do dia para a noite? — questionou Paim, lembrando que Ferraço se manifestou contrariamente a sete pontos importantes da matéria.

Paim chegou a apelar por um acordo, para que as modificações consideradas pelo próprio relator, que ficariam a cargo de vetos por parte do Executivo, fossem já feitas no âmbito do Senado.

Por sua vez, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o governo Temer “já acabou”, pois o presidente da República “cometeu crime durante o mandato”. Disse também que o número de trabalhadores terceirizados vai duplicar nos próximos cinco anos.

— Aprovar esse projeto trágico para os trabalhadores é colocar o Senado de joelhos. Os senadores que são empresários deveriam se declarar impedidos de votar esse projeto. É um ataque violentíssimo contra os trabalhadores, é uma barbaridade — afirmou Lindbergh.

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) criticou a figura do trabalho intermitente, a hora de almoço de apenas 30 minutos e disse que o Senado deveria manter a parte boa da reforma e eliminar as partes ruins.

— Eu não sou carimbadora da Câmara! Sou a favor de boa parte da reforma, mas o Senado tem direito de mudar o que não está bom. Somos senadores de uma casa revisora — opinou Kátia Abreu.

Os senadores Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Roberto Requião (PMDB-PR) e Otto Alencar (PSD-BA) também criticaram a reforma trabalhista. Para Viana, ao votar a proposta sem alterações no texto da Câmara, os senadores estavam tirando importância da própria CAE.

Lídice afirmou que a manutenção do texto da Câmara na íntegra configura uma “humilhação do Senado Federal” e que o projeto mexe com 102 artigos e 339 dispositivos da CLT, resultando, nos cálculos da senadora, em 201 pontos de prejuízo ao trabalhador.

Requião disse que a precarização do trabalho não resolverá a crise nem dará fim à recessão.

— Se tivéssemos um mínimo de responsabilidade, paralisaríamos essa votação. Não consigo entender como é que os parlamentares vão votar isso. Em um sistema democrático, estabelecer que o acordado prevalece sobre o legislado é ignorar o caráter geral das leis, fundamento da liberdade política e da democracia.

Trata-se de uma traição aos princípios mais sagrados da convivência humana sob um regulamento público. É uma verdadeira loucura isso que nós estamos fazendo — argumentou Requião.

Em seguida, o senador Otto Alencar (PSD-BA) disse que a reforma trabalhista em pauta é “completamente prejudicial aos trabalhadores”. Ele fez críticas ao relator e ao líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o qual chamou de “primeiro-ministro de Temer” e de “ministro do Planejamento de fato”.

— Essa reforma trabalhista vai penalizar o trabalhador brasileiro, vai levar o trabalhador ao pelourinho. Quem votar a favor é traidor dos trabalhadores e do povo brasileiro — observou Otto Alencar.

O senador José Serra (PSDB-SP) disse que o Brasil passa pela maior depressão econômica de sua história e advertiu o governo federal de que “não é hora de desacelerar a redução de juros”. Ele pediu que, antes da reforma trabalhista ser votada em Plenário, presidente Temer formalize os pontos que realmente serão vetados, para que os senadores tenham mais tranquilidade na hora do voto.

Logo depois, os senadores José Pimentel (PT-CE), Regina Sousa (PT-PI) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) engrossaram o coro de críticas à reforma trabalhista. Para Pimentel, a reforma é “uma monstruosidade” que gerará diminuição de empregos, liquidará sindicatos, reduzirá a renda e o consumo. Regina declarou que o projeto “rebaixa a capacidade interpretativa da Justiça do Trabalho”.

— Isso aqui é uma proposta indecente — afirmou a senadora.

Randolfe afirmou que a reforma trabalhista não ajudará na criação de empregos e tornará o mercado de trabalho “completamente vulnerável”. Ao final da reunião, o presidente da CAE, senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE) afirmou que se sentirá desrespeitado se o governo federal não honrar o acordo com o relator em torno dos vetos.

## **Reforma trabalhista chegará ao plenário uma semana após previsão do governo**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o relator da reforma trabalhista, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), calcula que o projeto seja votado em plenário entre 20 e 23 de junho. Essa perspectiva representa atraso de uma semana em relação ao calendário inicial projetado por representantes do governo, que previam votação entre 12 e 15 de junho.

O relator vai apresentar o mesmo parecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta quarta-feira, 7, mas a votação neste colegiado só deve acontecer na próxima semana. Depois, o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Aprovada na CCJ, a reforma trabalhista pode ser levada à votação no plenário no mesmo dia.

Ferraço minimizou a maratona de nove horas para votação do projeto na CAE. “É um tema muito polêmico, com muitas controvérsias”, avalia.

Uma das maiores resistências à votação do projeto foi a decisão do governo de que a proposta deveria passar pelo Senado sem modificações, para seguir diretamente para sanção. O próprio relator apontou diversos pontos insatisfatórios na matéria que precisavam ser modificados.



Para conseguir a aprovação, o governo se comprometeu em vetar alguns aspectos do texto e garantir outros por meio de medida provisória. De acordo com Ferrazo, a MP será editada pelo presidente antes da votação em plenário.

“Muitos desejavam que as alterações fossem integradas ao texto para que a proposta voltasse à Câmara. Mas construímos um ajuste institucional e o governo se compromete com alguns vetos de pontos que poderiam ser modificados no Senado”, disse.

### **Ferrazo trabalha na criação de normas para trabalho intermitente**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O relator da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), Ricardo Ferrazo (PSDB-ES), confirmou que trabalha com técnicos do Ministério do Trabalho em uma medida provisória que criará normas para o contrato de trabalho intermitente.

O senador tucano prevê que o relatório da reforma trabalhista deverá ser aprovado na CAE ainda nesta terça-feira, 6, mas sem grande vantagem. “Não é nada significativo, porém suficiente”, diz sobre o placar esperado.

A minuta em elaboração criará regras para os contratos sem carga horária definida e que o empregado é convocado quando há demanda pelo trabalho. Esse é um dos pontos polêmicos da reforma trabalhista.

Sobre o prazo para a edição dessa MP, Ferrazo citou que “vai depender do prazo que a reforma chegar ao plenário”. “Uma coisa que não tem vinculação direta com a outra e pode acontecer de essa MP ser editada antes de a lei ser aprovada no Plenário”, disse o tucano.

“Seria uma forma de (o governo) mostrar comprometimento”, completou. No relatório que deve ser votado ainda hoje na CAE, Ferrazo sugere a alteração em seis pontos da reforma trabalhista com vetos presidenciais ou edição de MP.

Sobre a votação do relatório pelos senadores da CAE, Ferrazo citou que espera aprovação do texto com placar de 15 a 10 ou 14 a 11. O senador reconhece que a vantagem não é muito grande, mas é suficiente para avançar com o texto.

### **Renan: maioria peemedebista aprova reforma trabalhista, mas não vou me calar**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Depois de uma tentativa de interromper a votação da reforma trabalhista por meio de requerimento, Renan Calheiros (PMDB-AL) se posicionou juntamente com a oposição e falou com outros membros contrários ao projeto do governo.

“É indiscutível que maioria da bancada do PMDB é a favor da reforma trabalhista, mas não vou me calar. Em minha carreira, nunca deixei passar a impressão de que flexibilização de direitos resolve o problema da economia”, afirmou.

O senador enumerou críticas ao projeto. “Reforma obriga gestante e lactante a trabalhar em local insalubre, coloca o acordado sobre o legislado, enfraquece sindicatos, permite trabalho intermitente e eleva a demissão coletiva”, ilustrou.

Renan alegou ainda que editar uma medida provisória para fazer modificações no texto do projeto depois de aprovado nada mais é do que levar a discussão novamente para

a Câmara. Nesse caso, ele conclui que a proposta atual não precisaria ser aprovada, já que os senadores poderiam fazer modificações e retornar o texto para os deputados.

“O próprio presidente sugeriu editar uma medida provisória. O que seria editar uma MP, se não levar esse assunto de novo para a Câmara?”

Quanto mais tempo entendermos que podemos ganhar com a reforma para atender não sei lá a quem, deixamos de cumprir o papel do Senado Federal”, afirmou.

## **ENTREVISTA: O trabalhador não perderá direito algum, diz juiz Marlos Melek**

07/06/2017 – Fonte: CNI

### **Juiz do TRT do Paraná participará do 4º Seminário Pense nas Pequenas Primeiro: uma agenda positiva para o Brasil, nesta quarta-feira (7), em Brasília. Em entrevista exclusiva à Agência CNI de Notícias, ele fala sobre as mudanças na legislação trabalhista e o impacto para as MPEs**

Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região (Paraná), o paranaense Marlos Melek trabalhou como auxiliar na elaboração da proposta de modernização das leis do trabalho ([PLC 38/2017](#)), em discussão no Congresso Nacional.

Ele explica que, durante todo o momento em que estavam escrevendo o texto que atualiza a legislação trabalhista, se pensou na pequena empresa. “Nós pensamos no país como um todo, nas oportunidades que serão criadas com a nova lei, na dignidade que merece o trabalhador e, especialmente no pequeno e médio empresário, que geram cerca de 60% dos empregos no Brasil”, afirmou em entrevista à [Agência CNI de Notícias](#).

De acordo com Melek, o projeto de lei traz liberdade, segurança jurídica e simplificação de normas. E lembra que a [negociação coletiva](#), instrumento pelo qual empresas e trabalhadores – representados por seus sindicatos – combinam [rotinas e condições de trabalho](#) específicos para seu dia a dia, não reduz ou retira qualquer direito constitucional conquistado no Brasil. Confira:

### **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – Qual o impacto da modernização das leis do trabalho para a micro e pequena empresa?**

**MARLOS MELEK** – Quando estávamos escrevendo a lei, nós pensávamos na micro e pequena empresa. Não exatamente na grande empresa, mas nos pequenos negócios que geram cerca de 60% dos empregos do país, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A nova lei muda a hostilidade com a qual o governo trata o empresário na esfera trabalhista. Hoje, para recorrer da decisão de um juiz na esfera trabalhista, é preciso depositar R\$ 8,7 mil. Na Justiça civil, na Justiça comum, na batida de carro, na discussão de família, não se paga para recorrer. E os dados do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) mostram que o índice de recurso da Justiça civil é de 9,5%. Na Justiça do Trabalho, de cada 100 sentenças, 52 têm recursos. Isso é bastante injusto.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é desequilibrada. Trata o maior banco do Brasil da mesma forma como trata a oficina do bairro. Isso precisa mudar.

Uma das mudanças que a nova lei deve trazer é um desconto de 50% para pequenos e médias empresas no depósito recursal.

As entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial devem ser isentas.

**AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – Atualmente, há centenas de normas, decretos, súmulas sobre um mesmo tema, o que mostra que, para cumprir a legislação trabalhista no Brasil não basta conhecer a lei, é preciso conhecer sua interpretação. Que tipo de simplificação essa nova lei traz?**

**MARLOS MELEK** – A nova lei traz liberdade, segurança jurídica e simplificação. A simplificação ocorre, por exemplo, em relação ao pequeno e médio empresário. Não poderá mais o auditor do trabalho multar a empresa na primeira visita que faz.

Quando o fiscal do trabalho fiscalizar a pequena e média empresa, ele terá que apontar tudo o que precisa ser corrigido, em vez de pegar o bloco e sair multando. A única hipótese, em que a multa pode ser aplicada imediatamente, ocorre quando os trabalhadores não tiverem registro em carteira de trabalho.

**AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – Críticos da proposta dizem que os trabalhadores contratados em tempo integral serão substituídos, em larga escala, por trabalhadores com contratos por tempo intermitente. Isso é verdade?**

**MARLOS MELEK** – Uma empresa precisa ter um trabalhador específico só quando aumenta a demanda? Pela proposta, ela poderá ter. Vamos tirar das margens da lei mais de 50% de trabalhadores que hoje não têm direito a nada, porque estão na informalidade.

E, com a criação do trabalho intermitente, os informais de hoje vão ter carteira assinada e passarão a trabalhar quando convocados para atender uma demanda específica. Esse tipo de trabalho já existe, há 80 anos, nos Estados Unidos. E existem mecanismos jurídicos para proteger o trabalhador e evitar a substituição de contratos de trabalho fixos por aquele intermitente.

De qualquer forma, o empresário não pode perder o capital intelectual que tem. Todos sabemos que se leva um bom tempo para se treinar um trabalhador, para se obter expertise e para se desenvolver uma tarefa dentro da empresa com eficácia e com qualidade.

Se a empresa reduz muito seu quadro e passa a trabalhar só com intermitência, isso pode gerar problemas na qualidade e na produção. Hoje as pessoas que trabalham, como se diz por aí, com bicos, como garçons, seguranças... serão formalizadas, passarão a ter todos os direitos trabalhistas e proteção previdenciária.

"A nova lei traz liberdade, segurança jurídica e simplificação"



**AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – A nova lei valoriza a negociação coletiva, mas é comum ouvir que isso tira direitos. Quais direitos não poderão ser negociados e quais permanecem intocados?**

**MARLOS MELEK** – Estão dizendo por aí que o 13º vai poder ser negociado, que as férias vão poder ser negociadas, que agora, depois da nova lei trabalhista, a jornada de trabalho vai aumentar para 12 horas por dia. Não é verdade. Eu trabalho desde os 14 anos, pelas minhas mãos, não se escreveria nenhuma lei que tirasse um direito do

trabalhador. Então a convenção coletiva, a negociação coletiva, vai ser mais prestigiada a partir de agora.

### **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – E o que poderá ser negociado?**

**MARLOS MELEK** – Tudo que não for direito constitucionalmente assegurado ao trabalhador, como aqueles do artigo 7º (salário mínimo, 30 dias de férias, FGTS, INSS, 13º salário, entre outros). Não se pode negociar reduzindo férias, 13º (salário), sobre jornada de trabalho além de 8 horas, com no máximo duas horas extras por dia. O que muda? A possibilidade do banco de horas, por exemplo, que é anual, ser semestral.

Há uma grande preocupação de que o trabalhador vai negociar direto com o patrão. Não é verdade. A imensa maioria das negociações, como o reajuste anual, as cláusulas de benefícios do trabalho, continuam sendo negociadas via sindicatos, via negociação coletiva.

Nem reduzir o intervalo do almoço, para necessariamente poder sair mais cedo, poderá ser negociado individualmente. Tem que ter o carimbo do sindicato e deve partir do trabalhador. Não se perde nenhum direito, pelo contrário, o trabalhador está tendo grandes conquistas, porque vai ter mais dinheiro no bolso e vai ter mais direitos.

### **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – Há mudança em relação ao papel atual dos órgãos de fiscalização e proteção do trabalho?**

**MARLOS MELEK** – O trabalhador tem acesso hoje a todos os órgãos de fiscalização e ao Poder Judiciário. E pela nova lei continuará sendo exatamente assim. Hoje, o trabalhador pode fazer uma denúncia na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Pode fazer uma denúncia pelo site, que é uma denúncia anônima. Pode fazer denúncia anônima ao Ministério Público do Trabalho. Pode fazer reclamação ao Poder Judiciário. Nada disso muda. Todas as esferas de proteção ao trabalhador continuam firmes e vigilantes, inclusive, com maiores possibilidades.

### **AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS – Quando se fala em "força de lei" para a negociação coletiva, o que isso quer dizer?**

**MARLOS MELEK** – Aumento da segurança jurídica. A Justiça do Trabalho não poderá declarar que a convenção coletiva é nula, porque o juiz entendeu que uma cláusula que foi dada não compensa uma cláusula que foi tirada.

O juiz do Trabalho poderá verificar se o sindicato era legítimo para fazer a negociação. Pode declarar a nulidade se a situação estiver irregular. Os sindicatos estão em nível de igualdade com o empregador, não é a mesma relação do empregado, o que chamamos de hipossuficiência. Então não há desigualdade, vamos partir da premissa que a relação é perfeita para as partes.

## **ARTIGO: O trabalho intermitente**

07/06/2017 – Fonte: CNI

**Segundo o professor doutor José Pastore, essa modalidade empregatícia é solução para as empresas e pessoas em diferentes situações. Quando idosos precisam continuar trabalhando, na falta de trabalho em tempo integral ou em atividades que podem ser realizadas a distância são alguns desses casos**



O relator da reforma trabalhista, senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), propôs um veto ao trabalho intermitente, aprovado pela Câmara dos Deputados. A medida tem sido criticada pelos que consideram o trabalho intermitente como forma de trabalho precário, que deixa o trabalhador sem saber quando trabalhará e quanto ganhará.

As críticas mais freqüentes comparam o trabalho intermitente com o trabalho em tempo integral, por prazo indeterminado e com vínculo empregatício que, de fato, tem um alto grau de proteção e previsibilidade. Mas, o trabalho intermitente é solução para as empresas e para as pessoas em diferentes situações como nos exemplos abaixo.

**TRABALHO INTERMITENTE E DEMOGRAFIA** - Nos países em que a idade mínima para aposentadoria é de 65 anos ou mais, os idosos precisam continuar trabalhando.

Na falta de emprego em tempo integral, muitos passam a trabalhar de forma descontínua em lojas, shopping centers, supermercados, clínicas médicas e outras atividades que necessitam de serviços descontínuos. Para muitas dessas pessoas, inclusive, estudantes e mães, esse tipo de arranjo é adequado para a sua condição de vida.

**TRABALHO INTERMITENTE E TECNOLOGIA** - A entrada da digitação, computadorização, robotização e inteligência artificial nos processos produtivos criou um grande número de atividades que podem ser realizadas a distância ou nos ambientes das empresas, de forma contínua ou descontínua.

Hoje é comum a combinação do trabalho intermitente com o tele trabalho entre profissionais que fazem projetos novos, acompanham atividades em andamento, avaliam documentos, analisam dados, fazem reservas de vôos e hotéis etc., atendendo, assim, a demandas descontínuas.

**TRABALHO INTERMITENTE E SAZONALIDADE** - São inúmeras as variações de demanda ao longo do tempo que exigem o trabalho intermitente. Assim ocorre na atividade hoteleira, na construção civil e na agricultura ao longo do ano.

Há também os picos de demanda (feriados e fins de semana) no comércio e em inúmeros ramos do setor de serviços - hospitais, clínicas, escolas, exposições, eventos etc. Há também picos de demanda que se repetem, mas, de forma descontínua, nos serviços públicos, esporte, entretenimento e outros.

Para as empresas, não compensa manter um empregado em tempo integral, com ociosidade, durante o período em que não há demanda. Para muitas pessoas, não há condições para trabalharem em tempo integral. Nos países avançados, o trabalho intermitente é usado há muito tempo sob a denominação de trabalho casual, trabalho contingente, trabalho à chamada, trabalho por hora, contrato zero hora etc.

A contratação nessa modalidade é de curta ou delonga duração. Pode ser por prazo indeterminado ou determinado, com jornada integral ou parcial. O trabalho intermitente envolve uma pequena parte da força de trabalho - cerca de 7% nos países avançados. Raramente, tais pessoas passam a vida inteira na intermitência.

Ao contrário, elas entram e saem desse regime de trabalho de acordo com suas conveniências momentâneas ou para contornar o problema de desemprego (Eurofound, New forms of employment, Luxemburgo, 2015).

No Brasil, não será diferente. Havendo emprego e disponibilidade das pessoas, elas trabalharão de modo fixo, por prazo indeterminado e com vínculo empregatício. Não havendo emprego para todos ou para atender necessidades especiais das pessoas (estudantes, idosos, deficientes etc.), elas realizarão trabalhos intermitentes, por tempo curto ou prolongado. É ilusório pensar que as empresas vão contratar todos os auxiliares de forma intermitente.

As formas de remuneração e proteção social desse tipo de contratação variam bastante de país para país. No Brasil, o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados propõe um nível de proteção bastante alto, com registro em carteira de trabalho e garantias trabalhistas (Previdência Social, FGTS, férias, 13º salário, repouso remunerado, adicionais aplicáveis etc.). Considero o trabalho intermitente bastante útil para as empresas e para as pessoas que precisam ou desejam acomodar suas necessidades nessa modalidade de trabalho. Vale a pena manter isso na reforma trabalhista.

(José Pastore é professor de Relações do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio/SP).

### **Artigo: Só o STF poderá salvar o Brasil de desgraça maior**

07/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pedro Ladeira/Folhapress



Michel Temer e a ministra Cármen Lúcia na sessão de posse do ministro Alexandre de Moraes

Sempre tive muitas dúvidas sobre o "vox populi, vox Dei", paixão dos demagogos. Elas agora aumentaram. Por um lado, a tal "vox populi" aparece tão dividida que é difícil saber quem ela é. O critério majoritário para escolhê-la pode ser sangrento se não controlado por dispositivos constitucionais, os quais toda a sociedade contratou para sustentar a liberdade individual e a igualdade de tratamento dos seus membros com relação à lei.

Por outro, tenho a impressão de que a "vox Dei" emudeceu para nós. Depois de tantos desatinos, aventuras e concertos criminosos entre os sucessivos Poderes incumbentes (não o Estado!) e o setor empresarial privado, parece que Deus cansou do Brasil. Desistiu de nós. Mas Ele, caridoso, pode escrever o certo por linhas tortas...

Um doloroso processo de impeachment pôs fim a um voluntarismo desastroso que nos levou à recessão e deixou como herança 14 milhões de desempregados. Eles são subproduto das contradições genéticas do sistema fiscal inscrito na Constituição de 1988. Seus genes estavam adormecidos, esperando uma recessão para serem ativados!

Só alguém portador de um sectarismo cego pode acreditar que o processo foi um "golpe"! Dilma fez uma boa administração em 2011, mas pagou um alto preço por ter ignorado o gigantesco tsunami fiscal que se acumulava.

Ao insistir na sua reeleição e mudar em 180° sua diretriz econômica, ela produziu uma confusão na cabeça de seus eleitores, que a abandonaram, quase imediatamente. O impeachment foi feito dentro da lei, sob supervisão do STF, e foi muito mais uma resposta à "obra geral de Dilma" do que punição por óbvios desvios de conduta. Com o ministro Nelson Barbosa, ela tentou uma reversão. Propôs as reformas necessárias, mas já era tarde. Havia perdido todo o seu protagonismo.

Chegou a apresentar um esboço das reformas, que foram aceitas por seus seguidores, os mesmos que agora ferozmente as combatem, numa demonstração da pobreza e do oportunismo que pragueja o arremedo daquilo que hoje se pensa como "esquerda"!

É inegável que com Temer a situação começou a melhorar e tudo dava a impressão de que poderíamos levar a bom termo as reformas mínimas necessárias para restabelecer o crescimento robusto e inclusivo de que tanto necessitamos. Infelizmente, um "capo" de quadrilha, numa operação bem monitorada para ouvir o presidente, fez uma delação realmente "premiada"!

O quadro é hoje triste, opaco e embaraçoso. Só o STF poderá salvar o Brasil de desgraça ainda maior. Mas, para isso, terá de usar uma ética consequentialista, avaliando cuidadosamente o tempo e o custo social de cada uma das saídas.

(Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal.)

## **Vendas industriais caem 10% no Paraná**

07/06/2017 – Fonte: Bem Paraná

### ***Retração da demanda interna foi principal motivo do desempenho***

As vendas industriais paranaenses recuaram 9,99% no primeiro quadrimestre de 2017 em comparação a igual período do ano passado. Dos 18 gêneros pesquisados, 11 apresentaram variação negativa e sete cresceram. Os dados são da pesquisa Indicadores Conjunturais, da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

Os gêneros com maiores quedas no período foram: Edição e Impressão (-30,05%), Têxteis (-29,87%) e Vestuário (-25,85%). As maiores altas foram registradas nas vendas dos setores de papel e Celulose (+ 30,91%), Material Eletrônico e de Comunicação (+12,67%) e Veículos Automotores (+9,88%).

"A queda de quase 10% é muito significativa e preocupante", afirma o economista da Fiep, Roberto Zurcher. Segundo ele, o principal motivo do desempenho negativo foi a retração da demanda interna por conta da crise.

"Algumas indústrias estão buscando investir mais nas vendas externas para compensar", observa Zurcher, citando como exemplo os setores automotivo, papel e celulose e máquinas e equipamentos. "Mas exportar não é solução para qualquer indústria porque as exigências são muitas e nem todas estão habilitadas e prontas para atender aos requisitos do mercado internacional", comenta.

De acordo com o economista da Fiep, a expectativa para os próximos meses é de uma reação positiva no mercado interno. "Tradicionalmente, no segundo semestre há um aquecimento nas vendas", destaca. Além disso, segundo ele, o crescimento de 1% no PIB no primeiro trimestre pode indicar que o país está saindo da fase mais crítica da crise e caminhando para a retomada do crescimento.

## **Empresas negociam novos investimentos no Paraná**

07/06/2017 – Fonte: CIMM (postado em 05-06-2017)

Empresários e potenciais investidores, que participaram na última quinta-feira (01), em São Paulo, do evento Paraná CEOs Investment Meeting, demonstram interesse em desenvolver projetos industriais no Estado. O governador Beto Richa, que abriu o evento pela manhã, afirmou que neste momento o governo estadual negocia com diversas empresas, industriais e comerciais, investimentos próximos a R\$ 2 bilhões.

Realizado pela Agência Paraná desenvolvimento (APD) e Secretaria Estadual da Fazenda, com o apoio da Copel, o encontro reuniu cerca de 100 convidados, sendo 60% desse público formado por presidentes de empresas.

Richa destacou que o Estado propiciou, nos últimos anos, um ambiente de negócios favorável para investimentos. Ele ressaltou a segurança jurídica, o diálogo entre governo e empreendedores, um estruturado programa de incentivo fiscal e investimentos em infraestrutura.

“Além dos investimentos que fizemos para melhorar a competitividade do Estado, participei de debates técnicos e jurídicos, que propiciaram segurança para os investidores e que resultaram em investimentos bilionários nos últimos anos. Esse é um legado que esse governo vai deixar”, disse ao citar os R\$ 42 bilhões já atraído pelo programa de incentivos Paraná Competitivo desde 2011.

### **Diferenciada**

Para o presidente da APD, Adalberto Netto, hoje há o reconhecimento, por parte dos empresários, de que o Paraná tem uma situação diferenciada em relação aos demais Estados. Ele citou, como exemplo, fornecedores da Klabin, que já demonstraram interesse em investir na região de Ortigueira. Um grupo de empresas indianas também têm projetos para o Paraná.

Para Olivier Murguet, presidente da Renault Américas, a mão de obra qualificada, a logística e a visão de longo prazo sustentaram a decisão da montadora de investir no Estado. “Crescemos nos últimos anos e damos preferência para investimentos no Paraná, com uma visão, sobretudo, de longo prazo”, disse Murguet. A Renault, que se instalou no Estado em 1996, investiu, de acordo com ele, R\$ 500 milhões na fábrica de São José dos Pinhais, na região de Curitiba, entre 2014 e 2019.

### **Melhoria significativa**

Outra montadora que tem novos planos para o Estado é a Volkswagen. De acordo com Antonio Megale, diretor de relações governamentais da empresa e presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o Paraná é a segunda maior operação da montadora no Brasil.

Hoje 85% da mão de obra da fábrica é formada por paranaenses. “Nos últimos anos vimos uma melhora significativa nas condições logísticas no Estado. Quando cheguei ao Paraná eram comuns filas quilométricas de caminhões para acesso ao porto. Hoje isso não existe mais”, afirmou.

### **Klabin e Porto**

Também a Klabin deverá, em breve, anunciar investimentos no Estado, segundo Cristiano Teixeira, diretor-geral da empresa. No encontro, Teixeira destacou a parceria com o porto de Paranaguá, onde a Klabin mantém um terminal para movimentação de celulose.

“O porto paranaense tem uma gestão impecável”, disse. Ele destacou, também, a produtividade das florestas do Estado.



## **Paraná Competitivo**

O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, falou aos empresários sobre a ampliação do programa Paraná Competitivo, que passou a atender novos segmentos, como e-commerce, comércio atacadista e varejista, e a permitir a utilização de créditos de ICMS para investimentos.

O presidente da Copel, Antonio Sérgio de Souza Guetter, ressaltou que o Estado vem garantindo acesso à infraestrutura de energia com qualidade e confiabilidade. "Investimos cerca de R\$ 2 bilhões por ano desde 2011 e avançamos em todas as áreas. Hoje o Paraná é o único Estado do País com fibra ótica em todos os municípios", citou.

## **CNI e Caixa firmam parceria de cooperação para ampliar acesso a crédito para micro, pequenas e médias empresas**

07/06/2017 – Fonte: CNI

### **As indústrias atendidas pelo Núcleo de Acesso a Crédito (NAC) terão tratamento diferenciado nas agências do banco, com juros reduzidos e isenção em pacote de serviços**



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Caixa Econômica Federal firmaram acordo de cooperação para ampliar o acesso ao crédito e aumentar a competitividade das micro, pequenas e médias empresas do segmento indústria. A assinatura ocorreu durante o 4º *Seminário Pense Primeiro nas Pequenas*, na sede da CNI, em Brasília.

Segundo o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, é fundamental definir um programa microeconômico que reduza os custos das empresas, aumente sua produtividade e melhore o ambiente de negócios.

"Neste momento, a atuação de nossas entidades se torna ainda mais necessária para que os pequenos negócios avancem. O acesso à informação, aos mercados e ao crédito é seu maior desafio. O acesso ao crédito é primordial na retomada do crescimento. A crise exauriu os recursos próprios das empresas", afirma.

Robson Braga de Andrade alerta para a pesquisa da CNI que mostrou que o acesso ao financiamento tem sido insuficiente para as necessidades das empresas, como impactos na perda de oportunidades de negócios, no atraso no pagamento de fornecedores e, também, no recolhimento de impostos.

Presidente do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da CNI, Amaro Sales, lembra que as micro e pequenas empresas representam mais de 23 milhões de empreendedores, são 27% do Produto Interno Bruto (PIB), com mais de 20 milhões de empregados. "Precisamos articular com diversos parceiros a solução de medidas concretas, para fortalecer esse segmento da economia. Precisamos de menos burocracia e mais agilidade", diz.

**PARCERIA** – O acordo prevê condições especiais no crédito para capital de giro, investimentos e financiamentos, além de atendimento especializado e benefícios específicos para o segmento. As linhas Crédito Especial Empresa e GiroCaixa oferecem prazo de até 36 meses para pagamento e taxas a partir de 1,52%.

O prazo permanece o mesmo, mas com taxa reduzida. No BNDES PROGEREN, com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ([BNDES](#)), o prazo é de até 60 meses, com até 12 meses de carência. As empresas contarão ainda com isenção de três meses na cesta de serviços.

O vice-presidente de Clientes, Negócios e Digital da Caixa, José Henrique Marques da Cruz, avalia que o acordo assinado reafirma o compromisso do banco com as micro e pequenas empresas.

“A participação da indústria na economia continua sendo imprescindível para o desenvolvimento do país, o setor começa a mostrar sinais positivos de crescimento, e a participação da Caixa neste processo é muito importante para o avanço da produção brasileira”, diz.

A Caixa receberá indicações das empresas do setor industrial pelo Núcleo de Acesso ao Crédito ([NAC](#)) das federações estaduais das indústrias e iniciará o processo de atendimento aos empresários de acordo com o perfil apresentado e região de atuação. A adesão está condicionada à aprovação do crédito e ao grau de relacionamento do cliente com o banco.

**DOCUMENTAÇÃO** - Os empresários do segmento industrial deverão apresentar, em sua agência de relacionamento, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), documento constitutivo da empresa, documento dos sócios, declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) dos sócios e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) da empresa juntamente com os respectivos recibos e declaração de faturamento dos últimos 12 meses.

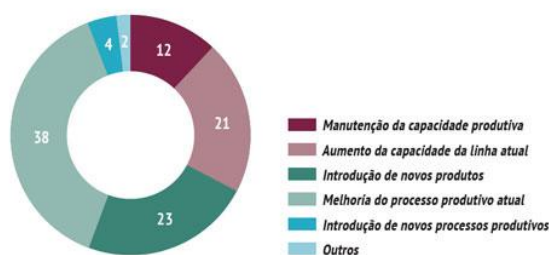
## 5 objetivos dos investimentos da indústria em 2017

07/06/2017 – Fonte: CNI

**A inovação é foco dos investimentos das grandes indústrias neste ano. Isso melhora a qualidade e aumenta as chances dos produtos brasileiros competirem com os estrangeiros nos mercados interno e externo**

*Principal objetivo do investimento previsto*

*Percentual (%) do total de empresas que pretendem investir*



A inovação é foco dos investimentos das grandes indústrias neste ano. Pesquisa da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) mostra que, com a crise econômica e a elevada ociosidade nas fábricas, 65% das empresas entrevistadas, ou quase dois terços, planejam investir em novos processos produtivos ou no desenvolvimento de produtos. Isso melhora a qualidade e aumenta as chances dos produtos brasileiros competirem com os estrangeiros nos mercados interno e externo, trazendo ganhos importantes para empresários e consumidores.

Conheça os cinco objetivos de investimentos das 584 indústrias de grande porte ouvidas pela CNI.

### **1. Melhoria do processo produtivo**

38% das grandes indústrias pretendem investir na melhoria do processo produtivo. Esse tipo de mudança aumenta a produtividade, combate desperdícios e reduz os custos de produção. Com isso, a empresa ganha em eficiência e, em muitos casos, consegue diminuir o preço do produto.

### **2. Introdução de novos produtos**

23% das grandes indústrias dizem que investirão no desenvolvimento de produtos. Trata-se de uma iniciativa importante em tempos de concorrência acirrada, rápidos avanços tecnológicos e mudanças nas necessidades dos consumidores. Ao investir em novos produtos, a empresa conquista mercados e fortalece o vínculo com os clientes. Os consumidores terão mais opções no mercado para atender às suas necessidades.

### **3. Aumento da capacidade produtiva**

21% das grandes indústrias afirmam que investirão no aumento da capacidade de produção. A decisão indica que a empresa está crescendo e aposta na expansão da demanda por seus produtos.}

### **4. Manutenção da capacidade produtiva**

12% das empresas ouvidas pela CNI planejam investir na manutenção da capacidade produtiva. Isso significa que a empresa trocará máquinas, peças e equipamentos ultrapassados, danificados ou desgastados, para manter a qualidade dos produtos e a produtividade.

### **5. Introdução de novos processos produtivos:**

4% das grandes indústrias afirmam que investirão na introdução de novos processos produtivos. A inovação dos processos é decisiva para modernizar a fábrica, elevar a produtividade e a qualidade dos produtos. Em muitos casos, também reduz os custos de produção.

## **Indústria prevê 77 mil demissões com reoneração da folha de pagamentos**

07/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Bruno Santos/ Folhapress



Em março, o governo anunciou o fim do benefício da desoneração, criado no governo Dilma

Setores industriais que deverão perder o benefício da desoneração da folha de pagamentos calculam que a reversão da medida poderá gerar a perda de até 77.191 postos de trabalho.

Como forma de aumentar a arrecadação, o governo anunciou em março que encerraria o benefício da desoneração da folha, criado no governo Dilma Rousseff (PT), em vigor desde 2012.

Por meio de Medida Provisória, o governo instituiu o fim do benefício para 50 setores a partir de julho - com impacto nos impostos pagos pelas empresas de agosto a dezembro. Só quatro deverão ser preservados da reoneração, se mantido o desenho proposto pelo governo, entre os quais o setor de comunicações.

Representantes do empresariado afetado pela reoneração apresentaram previsões alarmantes de redução de empregos. Segundo levantamento apresentado pela Fiesp

(Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em audiência pública no Senado, nesta terça (6), a perda de empregos pode chegar a 18% da folha total da indústria de couros, 10% da folha do setor têxtil e 20% do de cerâmica.

Segundo Hécio Honda, diretor jurídico da Fiesp, as demissões poderiam ocorrer ainda neste ano, uma vez que o fim do benefício representará aumento de custos de maneira abrupta em um momento em que os empresários não podem repassar a alta para os preços devido à recessão e à menor demanda.

Segundo estimativas apresentadas por ele, a reoneração consumirá entre 2% a 4% do faturamento das empresas dos setores industriais beneficiados.

Paulo Henrique Fraccaro, superintendente da Abimo (associação que reúne os fabricantes de produtos médicos), diz que o principal argumento da Fazenda pela reoneração é a necessidade de financiamento da Previdência Social, uma vez que a desoneração amplia o deficit previdenciário. Mas, diz ele, os empresários falam em preservar empregos no curto prazo.

"Precisamos salvar empregos agora. Se essa [financiamento da Previdência] é a preocupação da Receita Federal, podemos combinar de voltar a discutir daqui a dois anos", disse.

Honda se queixa ainda que a reversão deve ocorrer no meio do exercício, pegando de surpresa empresas que já tinham assumido compromissos no Brasil e no exterior, com preços de seus produtos calculados com a manutenção do benefício.

## **POLÍTICA CARA**

O chefe de Estudos Tributários da Receita, Claudemir Malaquias, apresentou dados que demonstram que, na visão do governo, a política ficou cara e não há evidências de que obteve os resultados prometidos na geração de empregos e ganhos de competitividade.

Segundo ele, a desoneração da folha representava, em 2012, menos de 1% da arrecadação federal. O percentual aumentou para 6,25% em 2014, com a ampliação dos setores atendidos, e, mesmo em 2016, após alterações que reduziram a renúncia fiscal do governo, foi de 3,7%.

Além disso, a massa salarial seguiu crescente e superou a arrecadação com a folha de pagamentos, apontando para um desequilíbrio de longo prazo entre receitas e obrigações previdenciárias.

Com a reoneração dos 50 setores, o governo prevê diminuir a renúncia fiscal - ao redor de R\$ 14 bilhões - em R\$ 4,7 bilhões neste ano e em R\$ 12,5 bilhões no ano que vem.

Embora com dúvidas quanto à efetividade da política, Malaquias disse que o objetivo da Fazenda não é questionar o mérito da iniciativa, mas sim a fadiga em financiá-la. A situação atual das receitas públicas, diz ele, não permite o financiamento de política industrial e deve se restringir às necessidades mais urgentes da população.

Apesar dos argumentos da Receita, parlamentares demonstraram inclinação ao pleito da indústria. O deputado Pedro Villela (PMDB-AL) queixou-se da pouca transparência da MP.

"Falta clareza nos critérios que definiram os setores preservados pela MP 774 e há forte resistência à reoneração entre os parlamentares", discursou.

O relator da MP no Senado, Airton Sandoval (PMDB-SP), prevê concluir seu parecer nas próximas semanas e ainda pretende ouvir o Ministério da Fazenda. Se não for votada, a medida provisória caduca (perde vigência) em 12 de agosto.

### **Técnica do MDIC é nova secretária executiva da Camex**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Diário Oficial da União desta terça-feira, 6, trouxe a nomeação de Marcela Santos Carvalho como secretária executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Ela é técnica de carreira do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e exercia, até agora, chefia do Departamento Internacional da pasta. Marcela sucede à diplomata Tatiana Rosito no comando da estrutura.

Com isso, fica concluído o processo de retorno da Secretaria Executiva da Camex para o MDIC. O órgão havia sido transferido para o Ministério das Relações Exteriores no início do governo de Michel Temer.

### **Brasil está engajado em abrir economia, em aumentar produtividade, diz Meirelles**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta quarta-feira, 7, que o Brasil passa por um processo de redução do protecionismo de sua economia. "Agora o Brasil está engajado em abrir a economia e também em aumentar a sua produtividade", disse durante o painel sobre a globalização (Stocktaking on Globalisation) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na sede da entidade em Paris.

Na avaliação do ministro, o Brasil não tirou proveito dos pontos positivos da globalização porque esteve muito fechado durante esse processo, mas que agora pretende se integrar mais ao processo. "Economia fechada não é um bom negócio, para dizer o mínimo", defendeu durante as discussões com ministros de outros países. Ele enfatizou que um dos pontos positivos do processo de maior integração, por exemplo, é a absorção da tecnologia. "O Brasil está agora fazendo isso."

O ministro também disse que o País está focado em temas como o da Educação para melhorar a situação brasileira e dividir o conhecimento da melhor forma possível. A preocupação com o protecionismo foi um dos pontos apresentados por outros debatedores, como o ministro das Finanças, Negócios e Defesa da Índia, Arun Jaitley.

A Ministra da Finanças da Suécia, Magdalena Andersson, também se disse preocupada sobre uma possível onda protecionista no mundo, mas também otimista. "Todos têm que fazer a lição de casa. A globalização trouxe mais crescimento, mas também precisamos de mais redistribuição de renda", afirmou.

O ministro das Relações Exteriores da Dinamarca, Anders Samuelsen, também participou deste painel, assim como o ministro de Comércio, Turismo e Investimento da Austrália, Steven Ciobo.

### **Negociações**

Meirelles apresentou medidas para abertura da economia brasileira durante o painel da OCDE. Questionado sobre como o País poderia mostrar uma diminuição do protecionismo, Meirelles citou que está em processo de discussões com diferentes países com o intuito comercial, e destacou que a intenção de integrar a OCDE também "é uma coisa importante nessa direção". Na semana passada, o Brasil formalizou seu pedido à entidade.

“Estamos flexibilizando o mercado de trabalho”, mencionou também o ministro como terceiro item. Na terça, no Brasil, a reforma trabalhista passou apertada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Meirelles salientou que, ao mesmo tempo, o Brasil tem produzido políticas para proteger quem está à margem do processo por meio de programas sociais. “Estamos tentando um equilíbrio: de um lado abrindo a economia e, ao mesmo tempo, adotando medidas de proteção social”, afirmou.

### **Emergentes**

O ministro da Fazenda defendeu que os países emergentes devem combinar a abertura comercial e a melhora de seus mercados domésticos num movimento de aproveitamento do fluxo de capital que se torne investimento. “Isso já está acontecendo”, disse durante o painel.

Para ele, as economias emergentes têm que aproveitar a globalização. “Mas esta não é uma questão apenas de aumentar as exportações desses mercados. Há uma ampla oportunidade de melhora em várias áreas”, afirmou.

### **EUA**

Sobre a ampliação de atividades de empresas norte-americanas em outros países e a intenção de mais protecionismo dos Estados Unidos, Meirelles disse se tratarem de duas questões. “Acredito que os investimentos bilaterais sejam uma oportunidade para aquelas empresas que estão preparadas para a globalização, americanas ou não”, afirmou.

Outra questão diferente, conforme o ministro brasileiro, é a política externa da administração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. “Há um dilema específico nos Estados Unidos e é natural que haja algumas dúvidas sobre que direção o país seguirá”, considerou.

### **Produtividade**

O ministro da Fazenda defendeu ainda que é preciso criar formas de ampliação da produtividade do mercado de trabalho ao mesmo tempo que é necessário ter medidas que façam com que os trabalhadores não fiquem à margem desse mercado, podendo acessá-lo. Ele salientou que há algumas políticas com o objetivo de proteger ou melhoras dos direitos, mas podem acabar prejudicando a agenda de maior flexibilidade do mercado de trabalho.

É preciso, de acordo com ele, que haja medidas que não criem ineficiências. “É preciso ter políticas para a produtividade, mas, ao mesmo tempo, que gerem oportunidade de melhora da qualidade e da maior participação desse mercado.”

**Artigo: Sem reformas, o retorno ao crescimento fica cada vez mais distante**

07/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Num livro extraordinário, "How to Read the Bible", James L. Kugel nota que originalmente o Bom Livro era para ser entendido de maneira literal como a palavra divina.

Nada, nenhuma expressão, nem sequer uma letra do texto sagrado, seria desprovido de significado elaborado pela inteligência onisciente. Mesmo que meros mortais não pudessem compreender, o significado lá se encontraria e caberia aos intérpretes buscá-lo.

Não é essa a visão que predomina hoje entre os estudiosos do assunto, mas, de certa forma, é a perspectiva que domina os analistas que têm que, por dever de ofício, entender e explicar a comunicação de bancos centrais, os entes mais próximos à divindade que encontramos na profissão.

Isso dito, no comunicado que se seguiu à divulgação do corte de 1% na taxa de juros, os diretores do BC mencionaram a palavra "incerteza" nada menos do que 5 vezes num total de 529 palavras, ante apenas 2 vezes (em 591 palavras) no texto publicado em abril.

Afora isso, enquanto "incerteza" então era associada ao cenário externo, na comunicação atual a palavra está sempre ligada a desenvolvimentos domésticos, seja a evolução do processo reformista, seja o seu impacto sobre o comportamento da inflação.

Em tal contexto, não chega a ser surpreendente que o BC, ao fim do documento, praticamente se comprometa com uma redução mais moderada da taxa de juros em sua próxima reunião (ao final de julho), entregando o resultado que caberia a nós, analistas, concluir. Sobrou-nos, assim, tentar explicar os motivos da decisão divina, bem como suas consequências para os pobres mortais.

As decisões do Copom são guiadas, como já afirmei aqui, pela evolução da inflação. Como, porém, alterações da política monetária tipicamente demoram alguns trimestres para se materializar sobre a inflação, o BC tem que mirar na inflação futura, que, obviamente, não é conhecida, mas pode ser projetada com base em modelos estatísticos.

Algumas variáveis podem ser plenamente incorporadas a tais modelos; outras, em particular as de cunho político, não encontram expressão quantitativa tão clara e são tratadas como risco às projeções do BC.

É muito distinta a confiança atribuída a projeções feitas, por exemplo, num país politicamente estável, em que trocas de governo são rotina e não implicam alterações radicais nos rumos da política econômica, comparada àquelas realizadas em países em que tais guinadas são mais prováveis.

Isso é agravado no Brasil pelo forte desequilíbrio fiscal, que só pode ser corrigido no contexto da aplicação do teto constitucional para o gasto público, sujeito, como já escrevi, à aprovação da reforma previdenciária, sem a qual o teto se tornará inviável no espaço de alguns anos.

Não é por acaso, pois, que a inflação começou a cair mais fortemente a partir do momento em que as medidas de ajuste fiscal começaram a tomar forma no Congresso e é justamente esse processo que se vê ameaçado pela atual crise política, motivando a reação cautelosa do Banco Central.

A consequência é óbvia: sem reformas, o risco de o desequilíbrio fiscal ter que ser "resolvido" pela inflação aumenta, levando à piora das expectativas e à elevação da inflação, limitando, assim, a queda da taxa de juros.

Sem reformas, o retorno ao crescimento fica cada vez mais distante.

(Alexandre Schwartzman- Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia).

## **José Medeiros aponta retomada da economia e diz que país deixou ciclo recessivo**

07/06/2017 – Fonte: Senado Notícias



O senador José Medeiros (PSD-MT) afirmou que a economia do país já dá sinais de recuperação, ao citar pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontou crescimento de 1% do produto interno bruto no primeiro trimestre deste ano, quando comparado com os três últimos meses de 2016.

E o responsável por essa retomada, que, tecnicamente, já indica que o país deixou o ciclo recessivo, foi o agronegócio, disse José Medeiros, que apontou a supersafra deste ano como fator primordial para essa mudança de rumo.

O setor cresceu 13,4% no primeiro trimestre deste ano, quando comparado com os três últimos meses do ano passado, disse o senador.

José Medeiros ainda comemorou a redução da taxa Selic de 11,25% para 10,25%, e do desemprego, cujo índice, em abril, caiu para 13,6%, segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílio, feita pelo IBGE.

- Trata-se da primeira queda mensal desde novembro de 2014. É claro que o número de desempregados ainda é grande, mas a tendência com esse novo rumo da economia é cair cada vez mais. Portanto, estamos diante de um forte sinal de que estamos num processo de recuperação de emprego e de renda - disse o senador.

## **Desânimo do consumidor dificulta saída da recessão**

07/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Joel Silva - 15.nov.16/Folhapress



Movimento de consumidores na avenida 25 de Março, centro de comércio popular em SP

Um dos principais motores da economia brasileira, o consumo interno continua exibindo sinais de fraqueza, o que deve dificultar a saída da recessão em que o país afundou há mais de dois anos.

O consumo das famílias representa quase 65% do PIB (Produto Interno Bruto) e encolhe desde o início da recessão.

Indicadores colhidos por diferentes pesquisas sugerem que o humor dos consumidores sofreu um novo baque com a eclosão da crise política.



Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a economia voltou a crescer no primeiro trimestre, puxada pelo agronegócio e pelas exportações. Mas o consumo das famílias continuou em queda no período.

Os dados divulgados na semana passada pelo instituto mostram que houve um recuo de 0,1% em relação ao último trimestre do ano passado, e de 1,9% na comparação com o primeiro trimestre do ano.

Estatísticas sobre a produção industrial sugerem que outra queda pode ter ocorrido em abril.

Embora a produção de bens de consumo duráveis, como geladeiras e carros, tenha apresentado alta de 0,6% em relação a abril de 2016, o desempenho de produtos como como vestuário, calçados e alimentos registrou declínio de quase 10%.

Para os economistas, com desemprego em alta e famílias ainda muito endividadas, nem a inflação baixa nem a liberação do dinheiro das contas inativas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) foram capazes até agora de reanimar os consumidores de forma consistente.

## **CONFIANÇA**

Não bastasse o cenário econômico ainda nebuloso, a percepção de analistas é que, ao menos para junho e julho, as chances de retomada de confiança talvez tenham sido soterradas pela crise política.

Após a delação dos donos da JBS vir a público, os índices que procuram medir a confiança do consumidor registraram quedas expressivas.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Federação do Comércio de São Paulo, que capta o humor dos paulistanos para as compras, já vinha oscilando desde o início do ano e teve uma performance sofrível de abril para maio, com queda de 7%.

A Fecomercio repetiu a pesquisa uma semana após a divulgação da delação da JBS, e nova queda foi identificada, de 2,3%. Com isso, o indicador voltou a cair abaixo de 100 —um nível de pessimismo que não era atingido desde julho do ano passado.

O Índice Nacional de Confiança do Consumidor da CNI (Confederação Nacional da Indústria) também acusou o golpe. Colhido entre os dias 18 e 22 de maio, caiu 2,7% sobre abril. Para Marcelo Azevedo, da CNI, uma "recuperação fantástica" do consumo está "fora de cogitação".

## **DESEMPREGO**

O consumo, que antes da atual recessão foi o principal motor de crescimento da economia brasileira, dificilmente vai conseguir retomar o ritmo visto nos anos pré-crise, de acordo com economistas.

O consumo não vai levar a economia nas costas, diz Alejandro Padrón, economista da 4E Consultoria.

Um dos entraves para a volta do protagonismo é a taxa de desemprego, que ronda os 14%, praticamente o dobro da taxa registrada no período de bonança da economia, por volta de 2012 ou 2013.

"Trata-se de milhões de pessoas que deixaram o mercado de trabalho e perderam seu poder de compra, e o impacto disso sobre o consumo é direto", diz Padrón.

Além dos cerca de 14 milhões de desempregados, a trajetória da renda dos indivíduos e o maior endividamento são outros pontos negativos que entram nessa equação.

Ainda que a renda média real dos trabalhadores tenha ficado estável no trimestre de fevereiro a abril de 2017, isso não significa necessariamente uma boa notícia para a recuperação do consumo.

A massa de rendimento real —o equivalente ao total disponível na economia para gasto— também fechou o trimestre encerrado em abril em estabilidade. Porém, na comparação com seu pico mais recente (no início de 2015), a queda chega a 5%.

O indicador de situação financeira das famílias da FGV (Fundação Getulio Vargas) é outro dado que mostra que deve demorar para o brasileiro voltar a abrir a carteira. Ele caiu 2% de abril para maio, para 64,1 pontos.

O indicador, considerado positivo a partir dos 100 pontos, está atualmente acima do piso de 57,3 pontos atingido em dezembro do ano passado, mas muito distante dos 115 pontos alcançados no pico, em julho de 2011.

O índice que mede a satisfação das famílias com a atual situação financeira piorou mesmo com o recuo dos juros e da inflação e com a liberação dos recursos de contas inativas do FGTS pelo governo —que tinha como um de seus objetivos exatamente o pagamento de dívidas.

Viviane Seda, coordenadora da Sondagem do Consumidor da FGV, diz que o consumidor espera, acima de tudo, melhora do mercado de trabalho, além de estabilidade mínima econômica e política.

## **AGRONEGÓCIO**

Segundo Guilherme Dietze, assessor econômico da Fecomercio São Paulo, o que deve dar algum alento ao comércio do Estado neste ano é o interior, puxado pelo efeito positivo do agronegócio (um dos destaques do PIB do primeiro trimestre).

Para Dietze, o que vem ocorrendo em São Paulo (que responde por mais ou menos um terço do comércio varejista brasileiro) dá uma boa medida dos desafios enfrentados pelo consumo —e também pelo PIB— do país.

Na capital paulista, segundo ele, nos primeiros meses do ano, o varejo cresceu 3,5% em relação a isso 2016.

O desempenho ficou bem distante do obtido pelo comércio de cidades como Araraquara (10,5%) e Ribeirão Preto (7,9%). O resultado mostra a força do agronegócio não só sobre o varejo como sobre o PIB como um todo.

Marcelo Azevedo, economista da CNI, diz que a piora significativa do pessimismo com relação à inflação apontado na pesquisa de maio, a despeito de os preços estarem bastante controlados, mostra o grau de contaminação do cenário de incertezas atual sobre o consumidor.

"O consumo das famílias é importantíssimo para o PIB, mas não há elementos para acreditar que a recuperação seja rápida", diz.

## **Ministro aposta na competitividade para crescimento do setor elétrico e mineral**

07/06/2017 – Fonte: Senado Notícias

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, apresentou, nesta terça-feira (6), à Comissão de Serviços de Infraestrutura, as ações do governo federal para o setor e disse que o grande objetivo da pasta é dar segurança energética a preços competitivos.

O ministro explicou que o governo não quer mais dosar o ganho das empresas e que deve ser decisão do investidor poder escolher o negócio a fazer.

- Nós não temos preconceito com nenhuma taxa interna de retorno. É decisão do investidor poder escolher qual negócio ele vai fazer ou não fazer. O que cabe ao governo ou ao ministério é poder ter serviços de qualidade a preços competitivos. Esse é o papel - disse o ministro.

Fernando Coelho Filho disse que a retomada do crescimento econômico do país passa necessariamente pelos setores energético e mineral e apresentou as ações que o governo tem feito desde o ano passado e o que pretende fazer para este ano e 2018.

Entre as ações que beneficiaram o país, segundo o ministro, estão a nova Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), que permitiu uma recuperação célere das empresas. A nova lei estabeleceu critérios mais técnicos para se nomearem os diretores das empresas públicas e uma maior transparência na divulgação de dados.

- Para vocês terem uma ideia, em um ano de governo do presidente Michel Temer, as ações da Eletrobras chegaram a valorizar 66%. De forma também muito semelhante se comportaram as ações da Petrobras, dos bancos públicos. Essa foi uma lei de melhoria da nossa governança que teve um impacto positivo nos mercados - disse.

### **Problemas e Desafios**

Entre os maiores problemas do setor elétrico enunciados pelo ministro, estão a sobrecontratação de energia, devido ao baixo consumo; a baixa hidrologia dos últimos anos, comprometendo a geração de energia; as tarifas pressionadas por encargos setoriais e indenizações, sobrecarregando o bolso do consumidor; o aumento da inadimplência e a judicialização do setor.

Em relação à mineração, o ministro apontou como problema as incertezas sobre mudanças no marco legal, que resultou no adiamento de investimentos no setor, aliado à queda do preço do minério de ferro e à recessão no país.

### **Novo modelo e perspectivas**

Fernando Coelho Filho disse ainda que o ministério tem adotado como princípios para um novo modelo de gestão o respeito a contratos, a eficiência, a racionalidade econômica, a isonomia entre agentes, o diálogo e a transparência.

Segundo o ministro, está prevista uma expansão de 5.062 megawatts, dos quais 24,8% de fonte eólica, 10,7% de fonte solar e 61% de fonte hidráulica. Além disso, já está contratada uma expansão até 2022 de 21.277 megawatts a fim de garantir a oferta de energia para a retomada do crescimento econômico.

Sobre as linhas de transmissão e distribuidoras, o ministro afirmou que os leilões de outubro de 2016 e de abril deste ano contrataram 23,5 mil quilômetros de linhas de transmissão para entrar em operação até 2021. Além disso, houve, no ano passado, a privatização da Celg, distribuidora de Goiás, que rendeu R\$ 1 bilhão para cada um dos parceiros.

- Começou um processo de eficiência das distribuidoras da Eletrobras, que é um desafio muito grande. Quem conhece sabe que há distribuidoras ainda que prestam um serviço muito precário. A gente tem trabalhado na questão de melhorar a eficiência do serviço prestado - afirmou.

Questionado pelo presidente da comissão, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), e pelo senador Roberto Muniz (PP-BA) sobre como proteger as empresas nacionais diante das privatizações, o ministro afirmou que a privatização busca melhorar a eficiência dos serviços prestados e que é preciso fortalecer o papel da Eletrobras para preservar o o interesse do país.

- Não dá para a gente ver uma Eletrobrás sendo diluída pelos seus parceiros, não dá para você ver uma Eletrobrás que, no passado, era objeto de desejo de parceria numa SPE começar a ser evitada por parceiros privados por não cumprir com suas obrigações de aportes. E nós estamos justamente focando a atuação da Eletrobrás na distribuição e geração de energia daqui em diante - disse o ministro.

### **Petrobras e Amazonas Energia**

Após a audiência com o ministro, a comissão debateu ainda o impasse de fornecimento de gás entre a Petrobras e a Amazonas Energia nas térmicas do estado do Amazonas.

O senador Eduardo Braga afirmou que, durante uma boa parte de 2016 e 2017 a usina de Aparecida ficou sem fornecer energia à cidade de Manaus devido ao não fornecimento do gás, já que a empresa estaria inadimplente com a Petrobras.

Estiveram presentes no debate representantes do Ministério de Minas e Energia, da Petrobrás, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da distribuidora Amazonas Energia, da Eletrobrás, da Petrobras e da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

De acordo com o Leandro Caixeta Moreira, da Aneel, a Amazonas Energia não teve sua concessão renovada, e está atuando como designada. A agência tenta dar uma condição mínima para que a empresa faça algum investimento para dar continuidade ao serviço

- De outro lado da balança, a gente tem que pensar numa solução definitiva, para seguir o que está na Constituição, que diz que a designação tem que ser substituída por uma licitação para novo concessionário - disse.

### **Setor elétrico acumula R\$ 90 bi em processos judiciais, diz ministro**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A conta do emaranhado de processos judiciais que envolvem o setor elétrico chega a nada menos que R\$ 90 bilhões. A estimativa foi divulgada pelo próprio ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, durante participação em uma audiência pública realizada nesta terça-feira, 6, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado.

O passivo que está nas mãos do mistério está relacionado a ações movidas por geradoras, distribuidoras e transmissoras de energia, por conta de mudanças de regras no setor e cobranças de indenizações. Grandes consumidores de energia também concentram grande parte desse passivo.

“Se nós pegarmos todos os problemas que o setor elétrico tem, possivelmente, neste ano, nós estamos falando de R\$ 90 bilhões”, disse o ministro, que disse que tem procurado se reunir com cada um dos agentes do setor para chegar a consensos e acordos sobre esses casos.

Entre as dívidas do setor, Coelho Filho mencionou a de mais de R\$ 10 bilhões que distribuidoras de energia da Eletrobrás detêm com a Petrobras, por conta do fornecimento de gás para regiões da Amazônia que não estão conectadas ao sistema de transmissão nacional de energia.

Hoje o abastecimento de gás da Petrobras para a Amazonas Distribuidora de Energia está garantido apenas por força de uma liminar conseguida na Justiça, disse o ministro. “O governo tem debatido isso com a Eletrobrás e a Petrobras.

Tem um passivo significativo, superior a R\$ 10 bilhões. Nós organizamos os pagamentos futuros, mas ainda estão debatendo como resolver esse passivo”, disse.

"A Eletrobrás não tem as condições financeiras de arcar de imediato com esses recursos, mas nós vamos fazer frente a essas dívidas. Tem uma série de soluções que está na mesa, em análise."

Segundo Coelho Filho, atualmente o fornecimento está garantido. "Estamos correndo com esse diálogo para poder solucionar esse impasse."

O ministro disse que, por volta de setembro ou outubro, deve realizar os leilões das seis distribuidoras da Eletrobrás. Na semana passada, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, disse que os leilões devem ocorrer entre novembro e dezembro.

No ano passado, as seis distribuidoras da Eletrobrás localizadas nos Estados de Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Piauí e Alagoas tiveram prejuízo de R\$ 6,9 bilhões. No primeiro trimestre, o resultado já estava negativo em R\$ 1 bilhão.

### **Empresários preveem desemprego com a MP que acaba com a desoneração**

07/06/2017 – Fonte: Senado Notícias



- Proposições legislativas
- [MPV 774/2017](#)
- 

Audiência pública reuniu nesta terça-feira (6) representantes de oito setores da economia beneficiados pela política de desoneração da folha de pagamento adotada em 2011.

Todos, sem exceção, criticaram duramente a [Medida Provisória 774/2017](#), editada em 31 de março, e que acaba com a permissão para o recolhimento de contribuição previdenciária com base na receita bruta das empresas, e não sobre a folha de pagamentos. Os empresários pediram que a medida tenha a sua vigência suspensa – a data prevista de início é 1º de julho.

O efeito da MP, conforme afirmaram os empresários, será desemprego e diminuição nas exportações.

- O setor [de tecnologia da informação] cresceu vigorosamente durante a desoneração, contratando 95 mil profissionais com crescimento da remuneração 2,3% ao ano acima da evolução da receita. A reoneração provocará a eliminação de 83 mil postos de trabalho até 2019; o setor retroagirá dez anos - estimou Sérgio Paulo Gallindo, presidente da Associação das Empresas de TI e Comunicação.

Outra crítica feita ao texto da MP é que a proposta – que mantém a desoneração apenas para empresas de construção civil e infraestrutura, de transporte coletivo de passageiros e jornalísticas e de radiodifusão – penaliza fortemente os setores exportadores. De acordo com Helcio Honda, diretor jurídico da Fiesp, a MP também distorce o planejamento e deteriora a situação financeira das empresas, exatamente em um momento de crise econômica no país.

- A MP afeta os contratos já firmados das empresas com seus clientes, principalmente os contratos de exportação, que geralmente são de até 5 anos de fornecimento – explicou.

## **Negociação**

A senadora Ana Amélia (PP-RS) citou os setores calçadistas, têxtil e de tecnologia como especialmente sensíveis à reoneração da folha de pagamento. Além disso, mudanças feitas de forma abrupta prejudicam o planejamento das empresas.

- É muito preocupante mudar as regras [tributárias] para setores que empregam muito, como o moveleiro, calçadista, têxtil e a indústria de TI – criticou a senadora.

O relator da MP, senador Aírton Sandoval (PMDB-SP), manifestou preocupação com uma eventual piora nos níveis de emprego. Ele disse que vai continuar negociando o texto com o governo.

- Juntos vamos encontrar a solução de forma a que fique bem, especialmente para o trabalhador, sem que haja aumento do desemprego que é o que está se vislumbrando na vida nacional nesse momento – disse o relator.

Veio exatamente do governo a única voz em defesa da proposta. O chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias, que a renúncia fiscal, decorrente da desoneração, não foi compensada por outras receitas que viriam com o crescimento econômico. Ele disse também que a preocupação do governo, em primeiro lugar, é o ajuste das contas públicas. Sem isso, acredita, o país não poderá retomar o crescimento econômico.

## **FGV avalia que mercado de trabalho chegou ao fundo do poço**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O mercado de trabalho chegou ao fundo do poço e está pronto para iniciar uma trajetória de recuperação, na esteira da retomada da atividade econômica, mas tudo dependerá do nível de incerteza daqui para a frente, mostram os dados dos indicadores antecedentes da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A análise é de Fernando de Holanda Barbosa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

Mais cedo, a FGV informou que o Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) recuou 1,2 ponto, em maio ante abril, para 99,3 pontos, enquanto o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) apresentou queda de 1,2 ponto em relação ao mês anterior, atingindo 97,3 pontos.

O ICD é construído a partir dos dados desagregados, em quatro classes de renda familiar, da pergunta da Sondagem do Consumidor que procura captar a percepção sobre a situação presente do mercado de trabalho. Já o IAEmp é formado por uma combinação de séries extraídas das Sondagens da Indústria, de Serviços e do Consumidor, todas apuradas pela FGV. O objetivo é antecipar os rumos do mercado de trabalho no País.

Apesar do recuo, o IAEmp manteve-se em nível elevado, destacou Barbosa Filho. “As pessoas ainda estão otimistas com o mercado de trabalho no futuro. Agora, precisamos ver se a incerteza vai subir”, disse o pesquisador.

Para Barbosa Filho, está “tudo pronto” para a pior crise econômica da história ter passado. “Batemos no fundo do poço. O problema é que a trajetória de recuperação já não é a mesma”, disse o pesquisador, referindo-se às incertezas criadas pela crise política instaurada após a revelação das delações premiadas de executivos do frigorífico JBS, que envolvem o presidente Michel Temer.

A trajetória de recuperação já não é a mesma porque, na análise de Barbosa Filho, há risco de as reformas perderem fôlego no Congresso Nacional. A incerteza agora é se essa perda de fôlego significa apenas uma redução no ritmo do rumo do governo na direção das reformas ou se implicará uma mudança de rota.

Nesse quadro, a reforma da Previdência é mais importante do que a reforma trabalhista. Para Barbosa Filho, a flexibilização das regras do mercado de trabalho pode ajudar na recuperação do emprego quando a atividade econômica for retomada. O problema é que isso só ocorrerá de forma sustentada quando houver o encaminhamento do problema fiscal, que passa pela Previdência.

“O gatilho para a recuperação é a solução fiscal”, disse Barbosa Filho.

## **Lei cria documento único de identificação nacional**

07/06/2017 – Fonte: Senado Notícias

Juliana Monteiro Steck | 05/06/2017, 23h21



Modelo do novo documento a ser emitido (ao centro): um só número valerá como identificação em todo o país, registro para trabalhar, votar e receber benefícios do governo

As falsificações de documentos geram prejuízos anuais de cerca de R\$ 60 bilhões ao país, o que é facilitado pelo fato de haver cerca de 20 documentos de identificação utilizados pelos brasileiros. No mês passado, foi sancionada a [Lei 13.444/2017](#), que institui a Identificação Civil Nacional (ICN), cadastro único criado com o objetivo de dificultar fraudes.



Verônica Campos, como milhares de brasileiros, possui RG de diferentes estados

Gerardo Magela/Agência Senado

Pela lei, nenhum documento será invalidado e os brasileiros não serão obrigados a tirar um novo documento. O plano é que, à medida que os cidadãos precisem renovar suas carteiras de identidade, o novo documento seja gradativamente substituído.

A nova norma não é a primeira com o objetivo de unificar o documento de identificação, meta buscada há dez anos. Em 1997, a [Lei 9.454](#) previra a criação de um número único de documento de identificação, compartilhando bases de dados da União com estados e Distrito Federal, cabendo aos entes da Federação operacionalizar e atualizar os dados.

Essa lei não resolveu o problema, segundo o consultor legislativo do Senado Roberto Sampaio Contreiras, provavelmente porque não foram tomadas medidas como a organização do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e a realização de convênios entre o Poder Executivo federal e os estados para a implementação do número único.

Em 2009, outra lei retomou a tentativa ([Lei 12.058](#), sobre repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios), mas o decreto que a regulamentava ([Decreto 7.166/2010](#)) não foi implementado e o projeto para regulamentá-la (PL 3860/2012) foi arquivado pela Câmara.

— Mas essas leis de 1997 e 2009 são diferentes da que foi recentemente editada. A de 2017 tem outro foco. Cria um sistema de identificação civil nacional centralizado na Justiça Eleitoral, onde já estão sendo coletados os dados biométricos dos eleitores.

A ideia é aglutinar tudo num mesmo sistema: dados biométricos, dados do Sistema Nacional de Informações de Registro, da Central Nacional de Informações do Registro Civil [do Conselho Nacional de Justiça], dos institutos de identificação civil dos estados e do Distrito Federal e outros armazenados na Justiça Eleitoral — explica Contreiras. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá garantir acesso às informações aos governos municipais, estaduais e federal.

### **Biometria**

O consultor esclarece que a nova lei não se refere apenas à unificação de dados das diversas bases. Primeiramente, será feito um cadastro central com dados da Justiça Eleitoral, inclusive os biométricos, e de outros registros e cadastros, como o da Receita Federal e dos estados. Só depois deve ocorrer a unificação do número no Documento de Identificação Nacional (DIN). Pode ser usado o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), que já é nacional, ou criado um novo número.

A lei prevê inicialmente a substituição do título de eleitor pelo DIN, que também deverá conter o número do CPF e outros dados. A previsão inicial é de conclusão do cadastro nacional entre 2020 e 2021.

Para facilitar o controle no recebimento de benefícios sociais, o poder público deverá oferecer mecanismos que possibilitem o cruzamento de informações de bases de dados oficiais a partir do número de CPF do solicitante, para comprovar o cumprimento dos requisitos para a concessão do benefício.

A Lei 13.444/2017 atribui a gestão desse trabalho ao TSE, sob a coordenação de um Comitê Gestor composto por membros dos três Poderes da União, que regulamentará a lei.

A emissão do DIN será feita pelos cartórios eleitorais e, posteriormente, a emissão poderá ser expandida para outros órgãos da administração pública, como os institutos de identificação civil dos estados e do DF e outros órgãos (como as entidades de classe) que se adequarem ao novo padrão e receberem delegação do TSE.

### **Passaporte**

De acordo com o relator do projeto na Câmara, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), apenas passaporte e Carteira Nacional de Habilitação não serão substituídos pelo DIN.

— O primeiro, porque é uma exigência de outros países, e a segunda porque pode ser retida pelo órgão de trânsito.

Mas, além do título de eleitor, o DIN deve vir a substituir o RG (registro geral ou carteira de identidade, que hoje tem um número diferente em cada estado e no DF), a carteira de trabalho, o documento de CPF, as certidões de nascimento e de



casamento, o número de contribuição para o PIS/Pasep, o cadastro em programas sociais do governo e o certificado de reservista.

### **Carteiras profissionais**

O DIN também deve unificar a carteira de identificação militar; as carteiras profissionais, como da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); e as carteiras de identificação funcional, emitidas pelas entidades de classe, como os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Crea) e de Medicina (CRM), e pelos departamentos de recursos humanos dos órgãos públicos de alcance federal, estadual e municipal.

— O DIN não é obrigatório, mas, à medida que for ganhando credibilidade e notoriedade no dia a dia, a tendência é que seja exigido, sobretudo nas relações comerciais, por questão de segurança. Isso porque, com a unificação das bases de dados, ficará mais difícil para os estelionatários criarem vários RGs e darem golpes no mercado — explica Roberto Contreiras.

O projeto que originou a lei ([PLC 19/2017](#)) foi iniciativa dos então ministros da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, e da Justiça, José Eduardo Cardozo.

### **Segurança**

Afif, que hoje é presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), explicou que com a nova documentação será possível amenizar os prejuízos causados por fraudes por dupla ou tripla identificação ou falsidade.



— A tendência é unificar a partir de um só número, que englobará os demais, referentes aos outros documentos. As pessoas vão entender que esse número será o mais confiável para a identificação do cidadão.

Na avaliação do relator do projeto no Senado, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a medida facilitará as relações entre o poder público e os cidadãos

— A grande vantagem dessa proposta é criar um único e grande cadastro nacional relativo a todos os cidadãos. O Brasil é um país de dimensões continentais, mas que até os dias de hoje possui bancos de dados com registros de identidade separados por estado. A universalização dos documentos, portanto, vai coibir falsificações e permitir um acesso mais rápido dos cidadãos aos benefícios a que têm direito — explica o senador.

O novo documento terá biometria, fotografia e está em estudo a possibilidade de também ter um chip, como os de cartões de crédito, para dificultar a falsificação. O CPF deverá ser o principal número, não havendo uma nova numeração do RG. Segundo Anastasia, a questão também é uma medida de segurança.

— O objetivo é permitir que os números sejam compartilhados por diversas entidades governamentais, para dar mais confiabilidade aos nossos documentos. Sabemos que, hoje, sem dados biométricos, a carteira de identidade, que é extraída nos estados, muitas vezes acaba servindo à falsidade e a atos ilícitos.

O texto prevê ainda pena de prisão de dois a quatro anos de prisão e multa para quem comercializar, total ou parcialmente, a base de dados do documento.

## **Para policial, cadastro único e integração ajudarão a prevenir e investigar falsificações**

O policial legislativo do Senado Gustavo Rodrigues acredita que a unificação do cadastro de identificação pode ser útil para prevenção e apuração de crimes se as unidades criminais forem integradas e o sistema, otimizado.



— Vai ser melhor quando for possível associar esse cadastro único ao banco de dados de antecedentes criminais, por exemplo, que hoje é diferente em cada estado. Quando uma pessoa cometer uma infração ou crime em um local, já vai ser mais fácil verificar se ela é procurada ou tem antecedentes em outra parte do país. Hoje existe o Sistema Nacional de Segurança Pública, o Sinesp Infoseg, da Secretaria Nacional de Segurança Pública [Senasp], que pode ser aperfeiçoado — argumenta.

Segundo Gustavo, que já foi policial civil, a falsificação de documentos em si já é crime, mas costuma ser “um caminho para outros crimes, como estelionato ou falsidade ideológica”.

O policial afirma que alguns infratores usam um documento falso de pessoa física para criar uma pessoa jurídica (CNPJ) também falsa. Essa falsa pessoa jurídica contrata empréstimos, financiamentos, faz compras a prazo e, depois, os bancos, instituições financeiras e empresas não têm como cobrar de alguém que não existe.

— Já houve um caso de um cidadão que entrou no Congresso Nacional com um documento falso e foi à agência da Caixa para abrir uma conta. Só que a Polícia Legislativa e o gerente do banco conseguiram identificar a fraude e ele foi condenado a três anos e seis meses de reclusão.

Gustavo também afirma que, para a segurança institucional, o cadastro único será vantajoso.

— Uma pessoa que entra num edifício público fica registrada com o número de RG da unidade da Federação que apresentar. Se ela pratica algum dano ao patrimônio público, como furto ou depredação, uma lesão corporal ou uma agressão verbal, ela fica sob controle de acesso, ou seja, se tentar entrar novamente com o documento, será barrada.

Hoje essa mesma pessoa pode tentar voltar com uma identidade outro estado ou um outro documento com número diferente. Aqui nunca houve um caso assim, mas com um cadastro único deixará de haver até o risco — explica.

## **Regulamentação deve sair neste semestre, prevê secretário do TSE**

O secretário-geral da Presidência do TSE, Luciano Fuck, afirmou que o TSE já iniciou os estudos para verificar a compatibilização do cadastro eleitoral e sua expansão para a identificação nacional.

— Claro, isso vai exigir uma regulamentação, e a previsão é que ela saia ainda neste semestre. Também há a necessidade de um decreto do presidente da República e de uma resolução do TSE baseada em critérios técnicos para uso do banco de dados. A resolução é que vai determinar, por exemplo, se o registro biométrico será de todos os dez dedos das mãos ou não — explica.

Embora o presidente da República tenha vetado o dispositivo do projeto que garante a gratuidade da nova identificação, a lei não exige a troca do documento que ainda estiver válido, explicou o deputado Júlio Lopes.

Segundo Fuck, os cidadãos que não têm condição de pagar serão isentados, como o são em outros procedimentos, como nas ações judiciais, por exemplo.

— Mas é importante a cobrança pela emissão do documento até mesmo para viabilizar o lançamento o mais rápido possível desse importante instrumento de garantia da identificação das pessoas.

O TSE está fazendo várias estimativas sobre o custo do documento, mas vai depender da quantidade de informações que ele vai agregar. Tudo isso será levado em consideração.

O documento, disse o secretário, vai aproveitar todos os dados constantes do cadastro eleitoral. Então, se o cidadão já fez o cadastramento biométrico, ele não vai necessitar fazê-lo novamente. Quem ainda não tem, vai ter que inserir os dados.

Também foi vetado o artigo que dava à Casa da Moeda a exclusividade para implantação e fornecimento do documento.

— Ela, no entanto, participará do fornecimento. Apenas não será feito de forma exclusiva — disse o deputado.

Na semana passada, o Congresso manteve os vetos.

Para Fuck, à medida que o documento for se tornando importante para que o cidadão consiga se identificar, abrir contas em bancos, receber aposentadoria, enfim, exercer seus direitos e cidadania, a tendência é que cresça o número de adesões ao novo instrumento de identificação.

## **FGV: Conta de luz é destaque na aceleração do IPC-DI em maio**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A conta de luz foi destaque na aceleração do IPC-DI em maio. O componente do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) que apura a evolução de preços no varejo teve aumento de 0,52% mês passado, ante um crescimento de 0,12% em abril, informou nesta quarta-feira, 7, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Puxado pelos preços do atacado, o IGP-DI registrou queda de 0,51% em maio, após o recuo de 1,24% em abril. No varejo, a aceleração da inflação foi verificada em cinco das oito classes de despesa componentes do IPC-DI. Segundo a FGV, a classe de despesa que mais contribuiu para o movimento foi o grupo Habitação (-0,69% para 1,71%).

“Nesta classe de despesa, vale mencionar o comportamento do item tarifa de eletricidade residencial, cuja taxa passou de -6,22% para 10,88%”, diz a nota divulgada pela FGV.

Também apresentaram aceleração, na passagem de abril para maio, as taxas de variação dos grupos Vestuário (-0,47% para 0,70%), Transportes (-0,14% para 0,08%), Despesas Diversas (0,13% para 0,48%) e Educação, Leitura e Recreação (-0,19% para -0,08%). Em cada um desses grupos, respectivamente, a FGV destacou a aceleração da variação de roupas (-0,43% para 0,93%), da gasolina (-1,27% para 0,01%), da tarifa postal (0,00% para 6,32%) e de salas de espetáculo (-1,23% para 0,95%).

Na contramão, os preços dos alimentos ao consumidor desaceleraram em maio e registraram deflação. A taxa do grupo Alimentação saiu de 0,69% em abril para -0,26% em maio. O destaque, segundo a FGV, foi o item hortaliças e legumes, que desacelerou de 14,01% para -2,49%.

Também desaceleraram as taxas dos grupos Saúde e Cuidados Pessoais (1,15% para 0,75%) e Comunicação (0,84% para 0,28%). Em cada grupo, respectivamente, a FGV chamou atenção para a desaceleração dos itens medicamentos em geral (2,67% para 1,06%) e tarifa de telefone móvel (0,61% para 0,32%).

Já a aceleração do núcleo do IPC-DI, que ficou em 0,33% em maio, ante alta de 0,28% em abril, foi acompanhada de uma redução do índice de difusão, que mede a proporção de itens com taxa de variação positiva. Em maio, o índice de difusão do IPC-DI foi de 55,03%, 4,14 pontos percentuais abaixo do registrado em abril (59,17%).

O núcleo do IPC-DI é usado para mensurar tendências e calculado a partir da exclusão das principais quedas e das mais expressivas altas de preços no varejo. Segundo a FGV, dos 85 itens componentes do IPC-DI, 50 foram excluídos do cálculo do núcleo.

“Destes, 30 apresentaram taxas abaixo de 0,00%, linha de corte inferior, e 20 registraram variações acima de 0,65%, linha de corte superior”, diz a nota divulgada pela entidade.

## **Depósitos em poupança em maio superam saques em R\$ 292,6 milhões**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O volume de recursos que os investidores depositaram na poupança em maio, já descontados os saques, somou R\$ 292,6 milhões, informou nesta terça-feira, 6, o Banco Central. Em maio do ano passado, houve saques líquidos de R\$ 6,591 bilhões e, em abril de 2017, retiradas de R\$ 1,271 bilhão. Foi a primeira captação líquida mensal registrada em 2017.

Os dois últimos dias do mês (30 e 31), quando geralmente o volume de depósitos sobe em função do pagamento de salários, foram fundamentais para maio fechar no azul. Juntos, estes dois dias somaram R\$ 4,525 bilhões em depósitos na poupança, já descontados os saques.

Em 2015 e 2016, a crise econômica acirrou os saques, com as famílias mais retirando do que colocando recursos na poupança para fazer frente às despesas. Em 2017, o fenômeno voltou a ocorrer, com retiradas líquidas em janeiro, fevereiro, março e abril. Em maio, porém, houve captação líquida.

De acordo com o BC, o total de aplicações na poupança em maio foi de R\$ 180,194 bilhões, enquanto os saques somaram R\$ 179,901 bilhões. O estoque do investimento na poupança está em R\$ 665,508 bilhões, já considerando os rendimentos de R\$ 3,303 bilhões de maio.

No acumulado de 2017, a poupança registra saques líquidos de R\$ 18,380 bilhões, resultado de aportes de R\$ 826,041 bilhões e retiradas de R\$ 844,421 bilhões. No ano passado, em meio à crise, R\$ 40,702 bilhões saíram da poupança.

Além da influência da crise econômica, a poupança vinha perdendo espaço para outros investimentos, considerados mais atrativos. A remuneração da poupança é formada por uma taxa fixa de 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) – esse cálculo vale para quando a Selic (a taxa básica de juros) está acima de 8,5% ao ano. Atualmente, ela está em 10,25% ao ano.

### **Cobre fecha em queda com preocupações sobre crescimento na China e nos EUA**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os preços do cobre encerraram em leve queda nesta terça-feira, em meio a preocupações dos investidores sobre as perspectivas de crescimento nos Estados Unidos e da China, dois dos maiores consumidores da commodity.

Na Comex, a divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o contrato para julho fechou com baixa de 0,41%, a US\$ 2,5475 por libra-peso.

O pessimismo ofuscou a queda do dólar na sessão. Por ser negociado na moeda norte-americana, o cobre fica mais barato para investidores que utilizam outras divisas em momentos como esse. (Marcelo Osakabe)

### **Produção de caminhões anota alta de 13,9%**

07/06/2017 – Fonte: Automotive Business



A produção de caminhões de janeiro a maio somou 29,2 mil unidades, registrando alta de 13,9% sobre o mesmo período do ano passado. O crescimento foi possível em razão de 10,7 mil unidades enviadas ao exterior.

As exportações cresceram quase 40% no confronto com iguais meses de 2016. Os maiores volumes embarcados são os de semipesados (3,9 mil unidades, alta de 69,5%) e pesados (3,8 mil, acréscimo de 28,2%).

“Em breve faremos uma revisão para cima de nossas projeções. Isso deve ocorrer em um ou dois meses, de acordo com novas definições no cenário político”, afirma Antonio Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Pelas estimativas atuais, ainda sem a revisão, a entidade esperava para 2017 alta de 26,1% na produção dos veículos pesados e de 10% em suas exportações.

As vendas internas continuam abaixo da expectativa. Até maio foram licenciados no Brasil apenas 17,2 mil caminhões, volume 19,4% menor que o anotado nos mesmos cinco meses de 2016. Dos semileves aos pesados, todos os segmentos registraram queda de vendas. “Não é possível dizer se algum destes terá recuperação mais rápida que os demais. Vimos apenas a melhora em alguns nichos como distribuidores de

bebidas, químicos e, no começo do ano, o setor canavieiro”, afirma o vice-presidente da Anfavea, Luiz Carlos Gomes de Moraes.

O executivo acredita em pequena retomada porque a base de comparação (o ano de 2016) é muito baixa e pelo fato de a idade média de grandes frotas estar avançando. O maior volume de vendas no País ainda é o de pesados, 6,2 mil no acumulado do ano ou 35,8% do total de caminhões licenciados no Brasil.

## **ÔNIBUS**

No segmento de ônibus também ocorreu crescimento na produção. Até maio foram fabricadas 7,7 mil unidades, acréscimo de 4,3% sobre o mesmo período de 2016. As exportações superaram as 3 mil unidades, respondendo por quase 40% de todos os ônibus fabricados no Brasil. O crescimento dos embarques no acumulado do ano (5,1%) só não foi mais expressivo porque os números de 2016 já foram bons.

O mercado interno permanece abaixo da expectativa, com 3,6 mil ônibus emplacados e queda de 22,5% no acumulado do ano. “Dividimos esse setor em quatro grandes mercados. Neste momento vivemos a expectativa pelo edital para a renovação da frota da cidade de São Paulo. Há o segmento rodoviário, que é mais estável, mas menor. O de fretados está parado em razão do desemprego e o escolar depende das licitações”, recorda Moraes, referindo-se ao programa Caminho da Escola.

### **Produção de veículos cresce e caminha para superar expectativa**

07/06/2017 – Fonte: Automotive Business



Enquanto o mercado começa a dar os primeiros sinais de uma recuperação, a produção de veículos já acumula números vistosos. De janeiro a maio saíram as fábricas brasileiras 1,03 milhão de unidades, entre leves e pesados, com aumento substancial de 23,4% na comparação com intervalo equivalente de 2016.

O resultado foi divulgado pela Anfavea, associação que representa os fabricantes do setor, na terça-feira, 6. A entidade avalia que o resultado é consistente e, portanto, pretende revisar para cima a projeção de que seriam produzidos 2,41 milhões de veículos em 2017.

“O viés é claramente de crescimento, mas dependendo do quadro político, pode ser mais ou menos positivo”, diz Antonio Megale, presidente da organização. Ele defende que é precipitado revisar as expectativas justamente neste momento e aponta que o melhor é esperar o cenário se definir para traçar novo panorama.

O volume de produção isolado de maio também foi positivo. Com 237 mil unidades, a evolução foi de 25,1% sobre abril e ainda de 33,8% na comparação com maio do ano passado. Segundo a Anfavea, foi o melhor resultado para o mês desde 2014.

Com o mercado interno ainda combalido, o principal impulso para a produção de veículos veio das exportações, que cresceram expressivos 61,8% nos cinco primeiros meses de 2017 com relação comercial mais intensa com países da América Latina.

As montadoras de veículos leves se saíram melhor de janeiro a maio, com crescimento de 23,9%, para 1 milhão de unidades. Enquanto isso, a produção de caminhões avançou 13,9% e a de ônibus, 4,3%.

## **OCIOSIDADE ALTA, MAS COM ESTOQUES CONTROLADOS**

Ainda que os volumes estejam em expansão, a Anfavea alerta que as fábricas brasileiras seguem com a capacidade produtiva bastante ociosa, perto de 50%, índice que é ainda maior entre as fabricantes de veículos pesados, beirando os 80%.

O nível de emprego também permanece contraído e acumulou redução de 5,1% este ano na comparação com 2016, com leve alta em maio, para 121,4 mil pessoas trabalhando nas montadoras. "É o mesmo patamar de 2009", diz Megale, apontando que as contratações recentes são de empresas que firmaram contratos importantes de exportações, como a Scania (leia [aqui](#)).

Do total de funcionários das fabricantes de veículos, 10,8 mil deles seguem afastados em acordos de suspensão temporária do contrato de trabalho (layoff) ou pelo Programa de Sustentação do Emprego (PSE). "A produção está crescendo, mas ainda não demos um salto de ocupação, com turnos novos nas fábricas. As empresas só tomam este tipo de decisão quando têm certeza", esclarece o presidente da Anfavea.

Se a ociosidade segue elevada, as montadoras conseguiram equacionar outro problema importante: o nível de estoques. Com 214,4 mil veículos armazenados nos pátios das concessionárias e das fábricas, o patamar parece ter se estabilizado em 33 dias, o que Megale considera adequado diante da vasta gama de marcas e modelos oferecidos no mercado nacional.

"O agravamento da crise traz incertezas, o que afeta investimentos e o emprego. A solução tem que vir logo. Nós, ao lado de outros agentes econômicos, estamos trabalhando normalmente e fazendo a nossa parte", conclui o executivo.

### **Vendas diárias animam fabricantes**

07/06/2017 – Fonte: Automotive Business



Antonio Megale, presidente da Anfavea (foto: Mário Curcio)

Mais do que o crescimento de 24,6% nas vendas de maio sobre abril ou os 16,8% de alta no confronto com maio do ano passado, o que traz de fato alguma esperança aos fabricantes de veículos do País é a alta na média diária de emplacamentos, que vem crescendo mês a mês desde o início do ano. Começou em janeiro com 6,7 mil unidades e atingiu 8,9 mil veículos em maio.

"Aguardamos a definição do cenário político, mas acreditamos que (a média diária) continuará crescendo", afirma Antonio Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A média de janeiro foi 13,8% pior que a do mesmo mês do ano passado, enquanto a de maio foi superou em 11,5% a de maio de 2016.

A ligeira alta de 1,6% nas vendas no acumulado até maio também foi motivo de alívio para as montadoras: "É a primeira vez que ocorre um crescimento no acumulado do ano desde o primeiro bimestre de 2014", recorda Megale.

O desempenho positivo foi puxado pelos automóveis e comerciais leves, que somaram 803,6 mil veículos, 2,3% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Também chama a atenção o crescimento das vendas de modelos 1.0, 235 mil unidades no período e acréscimo de 8,8% sobre os mesmos cinco meses do ano passado, enquanto os veículos de mais de 1.000 cc até 2.000 cc se mantiveram estáveis e os acima de 2.000 cc tiveram retração de 15,6%.

A participação dos carros 1.0 em maio, 37,1%, foi a mais alta desde novembro do ano passado. A média anual de 2016 foi de 33,2% e este ano está em 34,2%. O crescimento pode ter a ver com a melhora do crédito para compradores de menor renda, mas também com a mudança na oferta de produtos:

"A maioria dos fabricantes adotou novas tecnologias como motores de três cilindros, às vezes com turbo e injeção direta de combustível. A melhora no desempenho tende a atrair mais consumidores", estima Megale.

O presidente da entidade admite que a queda dos juros começa a ter impacto positivo nas vendas. "Ainda há certo receio dos bancos, mas os primeiros números positivos começam a surgir (...) Estamos vendo sinais positivos em todos os setores, há um movimento de avançar com a economia. Torcemos para a solução mais rápida possível. Há um problema político, mas a economia tem de rodar", afirma Megale sobre possibilidade de mudanças na presidência da República.

O executivo recorda que os veículos pesados ainda vivem "uma situação bastante dramática". No acumulado do ano foram licenciados 17,2 mil caminhões, volume 19,4% menor que o anotado nos mesmos cinco meses de 2016. No caso dos ônibus os licenciamentos somaram 3,6 mil unidades até maio, retração de 22,5% ante os mesmos cinco meses de 2016.

### **Pirelli suspende operação na Venezuela por falta de matéria-prima**

07/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A filial venezuelana da companhia chinesa de pneus Pirelli suspenderá indefinidamente suas operações em meados do mês por falta de matéria-prima. A situação é enfrentada também por outras empresas, o que ameaça piorar a crise econômica do país sul-americano.

A Pirelli, a terceira maior fabricante do setor, informou em comunicado que, por causa da "indisponibilidade de matéria-prima", a partir de 16 de junho paralisará a fábrica em Guacara, no centro do país, no Estado de Carabobo. A empresa não mencionou quando poderia retomar as operações e somente indicou que realizará "todas as gestões" para restabelecer a produção mais adiante.

A medida afeta 990 trabalhadores da fábrica e mais de mil empregados que atuam nas 190 distribuidoras da marca em todo o país, disse Alvis Pérez, secretário do sindicato da Pirelli. Pérez acrescentou que os produtos recebidos pela fábrica são utilizados para a produção dos pneus incluem borrachas naturais e outros químicos, importados. Ele disse que as provisões da empresa só chegam mesmo até o dia 16.

Desde 2015, a Pirelli enfrenta reduções progressivas de sua produção. No mês passado, produziu apenas 1.800 pneus ao dia, quando sua capacidade é de 6 mil. Além da Pirelli, operam no país a Goodyear, a Bridgestone e a Covencaucho Industria. Em 2016, a Bridgestone anunciou a venda de seus negócios na Venezuela à companhia local Grupo Corimon.



Há mais de três anos, várias empresas da Venezuela lidam com dificuldades para manter suas operações, devido à falta de matéria-prima. O problema ocorre pela falta de moeda forte, que afeta as importações do país, que recuaram no ano passado mais de 40%, segundo estimativas privadas.

A empresa americana Colgate Palmolive anunciou recentemente a paralisação temporária da fabricação de detergente em pó e do detergente líquido para louças, também pela falta de matéria-prima.

O ministro do Trabalho, Francisco Torrealba, disse ao jornal governista Correo del Orinoco que o governo dialoga para garantir a estabilidade laboral dos quase 3 mil empregados da filial local da fabricante de veículos General Motors, que interrompeu suas operações em abril após perder um litígio com duas concessionárias, e da fábrica de sabões da Colgate Palmolive.

A companhia aérea americana United Airlines, por sua vez, suspenderá a partir de 1º de julho seu voo de Houston a Caracas porque ele não cumpre com as "expectativas financeiras". Outras companhias internacionais já interromperam ou reduziram seus voos ao país nos últimos anos.

A Venezuela enfrenta um quadro econômico complexo, com inflação de três dígitos, severos problemas de escassez de alimentos, remédios e outros produtos, um déficit fiscal e forte recessão econômica. As dificuldades econômicas ocorrem em um contexto de tensão política, gerada pelos protestos contra o governo que ocorrem há mais de dois meses por todo o país.